



PROCAMPO



Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo/Ciências da Natureza

PROJETO PEDAGÓGICO



Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza

Campus Amilcar Ferreira Sobral-CAFS

**Universidade Federal do Piauí
Florianópolis – 2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO/CIÊNCIAS DA NATUREZA



REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Profa. Dra. Nadir Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes

COORDENADORA DE CURRÍCULO

Profa. Dra. Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho

DIRETOR DO CAMPUS DOUTOR AMILCAR FERREIRO SOBRAL

Prof. Dr. Mauro Sérgio Cruz Souza Lima

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Prof. Ms. Ariosto Moura da Silva – Departamento de Fundamentos da Educação
Prof. Ms. Elmo de Souza Lima – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Prof. Dr. José Augusto de C. M. Sobrinho – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Profa. Ms. Marli Clementino Gonçalves – Departamento de Fundamentos da Educação
Profa. Ms. Suze da Silva Sales – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Profa. Dra. Antônia Dalva França Carvalho – Departamento de Fundamentos da Educação
Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino

Florianópolis, setembro de 2013.

SUMÁRIO

1- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. APRESENTAÇÃO.....	6
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
3.1 Histórico da Universidade Federal do Piauí	8
3.2 Missão da UFPI	11
3.3 Princípios de Organização da Estrutura.....	11
4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL DO CURSO	15
4.1. Marco conceitual	18
4.2. Marco Metodológico	19
4.3. Marco Legal	21
4.4. Diagnóstico da formação para a docência.....	22
5. PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO	25
6. OBJETIVOS DO CURSO.....	27
6.1. Objetivo geral:.....	27
6.2. Objetivos específicos:.....	27
7. PROCESSO DE SELEÇÃO E ACESSO.....	28
7.1. Critérios de seleção	28
7.2. Critérios de prioridade.....	28
8.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	29
9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	30
10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	31
10.1. Matriz Curricular.....	31
10.2. Componentes curriculares	34
10.3. Fluxograma do Curso	37
10.4. Quadro de Disciplinas e seus Pré-requisitos	38
10.5. Ementa das disciplinas / Bibliografia.....	39
10.6. Ementa das Disciplinas Optativas	56
11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	60
12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	68
13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	72
14. APOIO AO DISCENTE.....	77

15. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	77
16. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	79
16.1. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	79
16.2. Avaliação do Curso.	80
17. QUADRO DE RECURSOS HUMANOS (RELAÇÃO DE DOCENTES COM CPF, TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO)	81
17.1. Docentes	81
17.2 Servidores Técnicos Administrativos.....	82
18. INFRAESTRUTURA.....	82
REFERÊNCIAS	84



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 PROJETO PEDAGÓGICO
 LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
 CAMPO/CIÊNCIAS DA NATUREZA



1- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução N°

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N°

Publicação:

Parecer CFE N°

TÍTULO ACADÊMICO

Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza

MODALIDADE:

Licenciatura - Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 8 semestres

Média: 12 semestres

Máximo: 16 semestres

FORMA DE ACESSO:

Processo seletivo – vestibular – de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO:

Bloco Semestral

TURNOS DE OFERTA:

Diurno

VAGAS AUTORIZADAS:

120 vagas/ano – 60 vagas semestrais

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.260h

Disciplinas do Ciclo Básico: 2055h

Disciplinas do Ciclo Profissional: 885h

Disciplinas de Formação Complementar: 120h

Atividades Complementares: 200h

2. APRESENTAÇÃO

Em consonância com o Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracterizou pela CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR PARA O PROCAMPO, a Universidade Federal do Piauí, mais especificamente, o Centro de Ciências da Educação do *Campus* Ministro Petrônio Portela, apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que se destina à formação inicial de 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, por ano, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, apresenta-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação do Campo, bem como às proposições dos Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Estadual de Educação do Campo, secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional e com objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a Educação do Campo.

A viabilização de formação superior específica para participantes dos movimentos camponeses tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino das Ciências da Natureza; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

Serão beneficiados anualmente 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados. Estes discentes serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo-escola e o tempo comunidade. As atividades tempo-escola serão realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, e, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-escola, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador.

As atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de tempo-escola, mediante discussões e socializações.

A integralização do curso deverá ocorrer (preferencialmente) em 8 semestres. Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 Histórico da Universidade Federal do Piauí¹

A História da Educação do Piauí traz em seus escritos o marco constituído por fatos históricos e políticos que fecundaram a criação da Universidade Federal do Piauí, a partir da junção de faculdades isoladas até então existentes no Estado: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí, de Teresina, e a Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Em documentos histórico-oficiais constata-se que a Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 1969), sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969 (publicado no Diário Oficial da União em 30 de junho de 1969).

Com isso, foram criadas as exigências legais que garantiram as condições objetivas para a implantação da Universidade Federal do Piauí, cuja instalação ocorreu em primeiro de março de 1971 (01/03/1971), no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em meio a uma solenidade pública dirigida pelo Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político como *Reitor Pro Tempore* e, presidida, pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir disso, teriam início as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Desde sua inauguração, foram anos de estruturação e de tentativas de melhorias de sua organização e funcionamento, condicionados, sempre, aos poucos recursos financeiros. No entanto, em fins de 2004, esta Instituição iniciou sua fase mais promissora, buscando consolidar-se como expoente no cenário nordestino e brasileiro, uma vez que, até então, padecia de um processo de praticamente estagnação e falta de perspectivas de desenvolvimento.

É perceptível, sem buscar detalhes, que, nos últimos seis anos, a Universidade Federal do Piauí, apoiada por políticas educacionais do governo federal, vem se notabilizando por um

¹Texto disponível em <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/UFPI%20ESPECIAL%2040%20ANOS.pdf>>, acesso em 26.mar.2011, às 15h29. Autores: Prof. Dr. Antonio José Gomes, do Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE), do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” (CCE) e Coordenador de Apoio e Assessoramento Pedagógico, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)/UFPI e Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior, do Departamento de Química, do Centro de Ciências da Natureza (CCN) e Reitor da Universidade Federal do Piauí.

processo de transformação no seu modo de ser, de operar e de lidar com as inquietudes do Estado do Piauí e do Brasil; razão que contribuiu para a considerável mudança em sua relação com a comunidade acadêmica (professores, alunos, servidores, terceirizados), sobretudo visando ao atendimento das demandas da sociedade piauiense.

Por isso, o ano de 2005 se coloca como marco histórico desse processo transformador, pois a UFPI iniciou a sua expansão e alargou seus horizontes acadêmico-administrativo-institucionais para oferecer educação superior de qualidade a uma parcela da população piauiense que, até então, estava alijada desse direito constitucional subjetivo.

O processo de expansão da UFPI traz consigo a concretização da esperança de jovens, adolescentes, adultos e idosos de distantes rincões do Piauí, antes impossibilitados de ascender à conquista de um diploma de nível superior; mas, traz, igualmente, a perspectiva de mudança de mentalidade do povo piauiense, acreditando-se na possibilidade de superação do atraso sócio-econômico-histórico-cultural em que se encontrava o Estado. A UFPI é, hoje, sem a menor dúvida, uma realidade palpável em regiões importantes do território piauiense, contando com novos *campi* universitários e diversos cursos: em Picos (“Senador Helvídio Nunes de Barros”) – nove, Parnaíba (“Ministro Reis Velloso”) – sete, Bom Jesus (“Professora Cinobelina Elvas”) – cinco e Floriano (“Amílcar Ferreira Sobral”) – quatro.

Mas o destaque no cenário de reformas que a UFPI vem empreendendo é para o ano de 2007, quando o Conselho Universitário (CONSUN) aprovou seu Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI). Naquele ano, além dos quatro cursos para a cidade de Floriano, mais sete novos cursos de graduação foram aprovados para o *Campus* Universitário “Ministro Petrônio Portella”, de Teresina.

Na realidade, a partir de 2006 foram criados 29 novos cursos presenciais de graduação na UFPI e mais oito novos cursos técnicos de nível médio, sendo dois em Bom Jesus, três em Floriano e três em Teresina. Hoje, são 67 cursos presenciais de graduação, distribuídos nos cinco *campi*, abrangendo todas as regiões do Piauí. Além disso, é importante mencionar também o incremento e a viabilização de inúmeros projetos de extensão e a consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, com a criação de mestrados em Bom Jesus – três, em Parnaíba – um, Teresina – doze e de doutorados em Teresina – cinco.

A criação e instalação do Centro de Educação a Distância (CEAD), que oferece ensino superior a distância por meio de dez cursos credenciados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), garante uma melhor prestação de serviços da UFPI à sociedade piauiense, seja na formação acadêmica seja na prestação de assistência e serviços àqueles que não dispõem de tempo para frequentar os cursos presenciais.

São muitas as transformações que a Universidade Federal do Piauí vem realizando e ainda almeja em todos os níveis de sua atuação acadêmico-administrativa. Exemplos importantes de realização podem ser citados como: a criação de vários sistemas *on-line* facilitando as ações acadêmico-administrativas (Sistema Eletrônico de Acompanhamento de Monitoria, Sistema Acadêmico da Graduação, Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, Sistema de Iniciação Científica, Sistema de Distribuição de Benefícios da PRAEC).

A contratação de 255 novos técnico-administrativos, a redistribuição de carga horária docente em sala de aula, mas, principalmente a contratação de mais 815 novos professores vem contribuindo para melhorar as ações da UFPI, notadamente no que diz respeito à oferta de disciplinas para atender aos quase seis mil alunos que ingressam na Instituição a cada ano, somando-se quase 20 mil discentes presenciais em 2010, aos quais é concedida significativa assistência estudantil. Aliado a tudo isso, é necessário mencionar a reforma de prédios, salas de aulas, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa, auditórios, banheiros, entre outros, bem como o equipamento de salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, departamentos de ensino, coordenações de cursos, chefias de cursos e setores da administração superior.

De 2004 até dezembro de 2010 foram mais de 100 mil m² de área nova construída na Universidade Federal do Piauí, que se somaram aos já 130 mil m² existentes. Há de se mencionar, também, a requalificação, reestruturação e expansão do Hospital Escola (HE), que está prestes a ser inaugurado, podendo contribuir, sobremaneira, para minimizar dificuldades relacionadas à saúde pública do Piauí. Com instalações modernas e arrojadas, possui 213 leitos para internação, 21 leitos para UTI, 54 consultórios, além de salas para cirurgias, exames especializados e análises clínicas e patológicas. Com mais de 22 mil m² de área construída, sua capacidade de atendimento será da ordem de 30 mil pessoas por mês em diversas especialidades (hemodinâmica, cirurgia cardíaca, cirurgia bariátrica, transplante de órgãos, neurologia, oncologia, ortopedia), com destaque para a clínica da saúde da mulher, e, destina-se também ao ensino, pesquisa e extensão.

São, portanto, quatro décadas de uma jovem Instituição que faz história no cenário piauiense e nordestino, começando a ganhar de forma meritocrática visibilidade em âmbito nacional. A UFPI está realmente sendo repensada, revista, recriada, reestruturada e isso vem ocorrendo, também, por meio da revisão de resoluções normativas internas, algumas historicamente desatualizadas, assim como por intermédio da aprovação de outras necessárias e urgentes a darem estabilidade ao projeto de reestruturação e mudanças que vem ocorrendo em Teresina e no Interior do Estado.

3.2 Missão da UFPI²

De acordo com o Estatuto da Universidade, é missão da UFPI “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”.

A dinamicidade do mundo atual exige que as Universidades respondam, de forma rápida e criativa, às novas exigências do mundo globalizado, visando a formar profissionais inovadores, criativos e adequados aos novos mercados de trabalho demandados. Assim, com base em proposições da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI (UNESCO, 1998), referendadas e atualizadas no documento intitulado “World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research for Societal Change and Development (UNESCO, 2009), a UFPI elegeu alguns referenciais para orientar o cumprimento da sua missão.

Referenciais orientadores do cumprimento da missão da UFPI

- Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a pluralidade de opiniões;
- Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- Disseminação de todas as formas de conhecimento pertinentes à Instituição, democratizando continuamente o acesso;
- Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às demandas sociais;
- Compromisso com a sua missão e os seus objetivos, privilegiando-a em detrimento aos interesses particulares individuais ou de grupo.

3.3 Princípios de Organização da Estrutura³

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: “a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão,

² Texto constante do Programa de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.

³ Texto constante do Programa de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.

vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa”.

A observância destes princípios é regida pelas seguintes normas: a) as Unidades de ensino são órgãos, simultaneamente, de ensino, pesquisa e extensão nos respectivos campos de estudo; b) o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada área pertinente; existem Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para seus corpos docentes, discentes e administrativo.

Na busca perene de seus objetivos, a UFPI goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade. De acordo com PDI, em sua atuação, a UFPI observa, sobretudo, cinco princípios norteadores.

I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;

V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

As unidades gestoras são organizadas em Órgãos Centrais e em Unidades de Ensino. Os primeiros são compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias.

As Pró-Reitorias totalizam seis, assim denominadas:

- Pró-Reitoria de Administração – PRAD;
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG;
- Pró-Reitoria de Extensão – PREX;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG;

- Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN;
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC.

As Unidades de Ensino, instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, totalizam, conforme o Regimento da UFPI em onze, a seguir discriminadas:

- Centro de Ciências Agrárias;
- Centro de Ciências da Educação;
- Centro de Ciências Humanas e Letras;
- Centro de Ciências da Natureza;
- Centro de Ciências da Saúde;
- Centro de Tecnologia;
- Campus Ministro Reis Veloso – município de Parnaíba;
- Campus Senador Helvídio Nunes de Barros– município de Picos;
- Campus Professora Cinobelina Elvas– município de Bom Jesus;
- Campus Doutor Amilcar Ferreiro Sobral– município de Floriano
- Centro de Educação Aberta à Distância (CEAD).

De acordo com dados institucionais, o total de matriculados, em 2012, está em 37.749 alunos distribuídos nos cursos de graduação – presencial e à distância – e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

No âmbito da graduação, a UFPI contabiliza, em 2012, 49 cursos distribuídos entre os diversos campi já listados. No contexto da pós-graduação, há um total de 35 Programas, sendo 31 em nível de mestrado, 4 doutorados institucionais, além de 8 doutorados interinstitucionais (DINTERS). Ademais, possui cursos de especialização em distintas áreas do conhecimento.

O quadro docente da UFPI é composto por 1.480 professores efetivos. O corpo técnico administrativo é formado por 1.089 servidores, subdividido em pessoal de nível médio e de nível superior.

O município de Floriano situa-se na zona fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita desse mesmo rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú – Maranhão. A cidade fica a 256 Km da capital do Estado do Piauí, Teresina. Atualmente, possui uma extensão territorial de 3403 Km² e uma população de 56.090 habitantes.

Hoje, Floriano é influente pólo de desenvolvimento, considerado município emergente, e sua sede é ponto de convergência de vasta área do sul do Piauí e Maranhão. A rede de ensino do município atende não apenas os municípios do Sul do Estado do Piauí como os do Estado do Maranhão, contribuindo para que o município detenha um dos maiores índices de estudantes per capita: numa população de 56.090 habitantes pelo menos 23.362 são estudantes, o percentual gira em torno de 45% (IBGE, 2007).

A implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo pretende atender esta demanda nos municípios que, com exceção da capital, são caracterizados por pequeno índice de densidade demográfica e urbana e tem nas atividades agropecuárias e extrativistas sua maior fonte de geração de trabalho e geração de renda, além das bases culturais.

O Campus de Floriano oferece infraestrutura adequada em termos de salas de aula, laboratórios, gabinetes de professores, restaurante universitário, biblioteca central, dentre outras necessidades que o curso apresentará. Estando no município sede da microrregião, o curso atenderá a demanda dos municípios no que se refere à formação específica para a Educação do Campo/Ciências da Natureza.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL DO CURSO

Atendendo ao Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracteriza pela CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR PARA O PROCAMPO, a Universidade Federal do Piauí, mais especificamente, o Centro de Ciências da Educação do *Campus* Ministro Petrônio Portela, apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, visando cumprir seu papel de polo respondente às demandas sociais.

Quando se pensa a educação no e do campo, se depara, historicamente, com um cenário de precariedade decorrente da inexistência de políticas eficientes retratadas pelas ações compensatórias, programas e projetos emergenciais que, desconsideram o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos-cidadãos. Tais políticas reforçam a exclusão social, distanciando ainda mais a educação ofertada no meio urbano daquela ofertada no meio rural, ou no campo.

Felizmente, muitos têm sido os movimentos relacionados à pauta do campo para o cenário das políticas educacionais, junto ao atual Governo Federal. De fato, segundo Ramos, Moreira e Santos (2004), a partir de 2003, o Ministério da Educação e Cultura dera início ao planejamento de uma política capaz de valorizar a Educação no campo e priorizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar como instrumentos indispensáveis de inclusão social. A ideia destas políticas é oferecer a educação básica no meio rural com a qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e permanência na escola.

Entretanto, muitos entraves ainda dificultam a qualidade da oferta. Quando remontamos especificamente ao âmbito educacional, garantido constitucionalmente, nos deparamos, segundo o Caderno de subsídios de Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, com o fato de que apenas 9% dos professores na zona rural, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentam formação superior, enquanto, na zona urbana, esse contingente representa 38% dos docentes. O percentual de docentes com formação inferior ao Ensino Médio corresponde a 8,3% na zona rural. Nas séries finais do Ensino Fundamental, o percentual de docentes com apenas o Ensino Médio completo corresponde a 57% do total. Estes dados reforçam a condição de carência da zona rural, potencializando as desigualdades entre a cidade e o campo.

Diante desta realidade e conscientes de que a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, o Governo Federal tem buscado

garantir a qualidade da educação no campo. E, com este propósito lançou o PROCAMPO, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, ao qual a Universidade Federal do Piauí (UFPI) apoia e adere, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania.

Desse modo, apresenta-se nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006 se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio familiar e profissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade.

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-escola e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-escola, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade do campo nos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de Educação no Campo, fundamentamo-nos também na Resolução CNE/CEB Nº. 01, de 03 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Neste sentido, as atividades curriculares e

pedagógicas estão direcionadas para um projeto de desenvolvimento fundado em eixos temáticos como agricultura familiar, etnia, cultura e identidade, desenvolvimento sustentável, sistemas de produção e processos de trabalho no campo, entre outros.

Além disso, formar professores para o campo, como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização da região Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável, uma vez que este curso, firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, ao profissional da Educação no Campo, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Ademais, a necessidade de um Curso de Licenciatura em Educação do Campo está posta pela demanda crescente das áreas de Reforma Agrária em todo o Brasil, de modo a garantir uma política pública que se volte para o desenvolvimento econômico dos Assentamentos e para o desenvolvimento intelectual e cultural de trabalhadores do campo e seus filhos, por meio do aumento do acesso à escolarização em nível básico e superior.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, com duração de 4 anos, surge em meio aos esforços de áreas de estudos/experiências engendradas na cotidianidade dos pesquisadores da UFPI e às práticas da diversidade e alteridade dos assentamentos rurais do Estado do Piauí; destinando-se à formação de educadores para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturalmente diversificados.

É interessante salientar que a proposta do Projeto foi formulada a partir das demandas advindas de atividades com a população pertencente ao campo e com os diversos movimentos sociais que vêm sendo promovidas por pesquisadores da instituição nos últimos anos. Além disso, a atuação do grupo de trabalho junto ao atendimento de demandas populares pode ser comprovada em artigos, livros, trabalhos em congressos, dentre outras respostas construídas para atender aos inúmeros Editais de ações afirmativas.

Nesse sentido, faz-se necessário remontar ao fato de que, ao longo de sua existência, a UFPI vem qualificando profissionais e executando ações de pesquisa e extensão ligadas ao meio rural em suas múltiplas dimensões: insumos, produção agrícola, tecnologias alternativas, educação, desenvolvimento rural e relações sociais, entre outros aspectos; investindo na formação humana e tecnológica, consolidando um novo paradigma de desenvolvimento e de

produção sustentável para essas comunidades, oferecendo uma formação cidadã aos graduandos.

Nessa esteira, este projeto pedagógico se apresenta como mais um momento de consolidação de uma reflexão teórica a respeito da realidade do campo, de práticas pedagógicas autênticas e consistentes no que tange a esta mesma realidade, beneficiando assentados da Reforma Agrária do Estado do Piauí e a população pertencente aos diversos movimentos sociais representados pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FETAG), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Pequenos Agricultores e Caritas.

Não obstante, o curso visa garantir, ao aluno, o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativos à docência e ao trabalho voltado para o Ensino Básico, em escolas do campo; buscando-se, assim, uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana. Princípios como tolerância, respeito às diferenças, opções construídas consensualmente, permitirão um terreno firme sobre o qual se desenvolverão as atividades educacionais. Dessa forma, as diferentes tendências filosófico-pedagógicas potencializarão o desenvolvimento da criticidade, valorizando-se a conformação de opções existenciais e profissionais, individuais e coletivas, voltadas para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse contexto, considerando-se o esforço nacional do Ministério da Educação, Movimentos Sociais, entidades, Secretarias e Universidades para a implementação de uma política nacional de Educação do Campo, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma ação estratégica e ímpar, para assegurar a especificidade da formação na diversidade sociocultural, do direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

4.1. Marco conceitual

Neste projeto, a base conceitual da educação do campo considera: sujeitos do campo; economia familiar sustentável e solidária; povos tradicionais em seus respectivos territórios; saberes da terra; trabalho e pesquisa como princípios educativos; cultura como produção social da vida; interdisciplinaridade como construção de conhecimento coletivo, engajado e sustentável; cooperativismo e/ou associativismo como construção dialógica e política de participação.

Parte-se da concepção de campo como espaço de produção integrado à sociedade piauiense nos seus modos de produzir bens de consumo materiais e culturais. O campo não se constitui como ente geográfico ou cultural isolado do contexto nacional e internacional. Todavia, cabe destacar que os povos tradicionais do campo (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas das florestas etc.) diferenciam-se entre si, bem como em relação à outros espaços sociais e produtivos. Assim os povos tradicionais do campo constroem culturas e identidades próprias, o que não significa que estejam isolados ou que sejam autônomos em relação ao resto mundo.

O campo compreendido a partir do conceito de territorialidade é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar como um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável (MEC, 2008).

A palavra campo não é utilizada aqui em oposição à ideia de urbano. O termo campo deve ser tomado com sentido peculiar e diverso, não mais como sinônimo de atraso. Há que se resgatar o campo como *locus* de produção de subsistência importante presente ao longo de toda a história da humanidade, estabelecendo condições de vida para aqueles que cultivam e vivem do trabalho da terra.

A expressão educação do campo refere-se ao campo como espaço de possibilidades e de produção da vida em seus variados aspectos, culturais, sociais, econômicos e políticos e de resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e permanecerem na terra. A educação do campo foi envolvendo em seu processo diferentes sujeitos e hoje incorpora uma diversidade deles: comunidades negras rurais, quilombolas, boias-frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos das florestas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros.

4.2. Marco Metodológico

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional para jovens, filhos de camponeses ou profissionais do campo que perderam o interesse pelo ensino regular em razão do distanciamento entre a vida e o trabalho camponês.

As matrizes de alternância são as mais diversas – francesas, italianas e africanas, documentadas nos trabalhos de Chartier (1986), Silva (2003), Nosella (1977), além das experiências brasileiras de CFRs e de EFAs, feitos por Nosella (1977), Pessotti (1978), Begnami (2003), Silva (2003), Estevam (2003).

Historicamente a primeira experiência educativa baseada na alternância no Brasil se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta. A Pedagogia da Alternância despertou o interesse dos pesquisadores a partir do final dos anos 1970, como é o caso das obras de Paolo Nosella (1977), Alda Luzia Pessotti (1978) realiza uma pesquisa sobre EFAs. Para essa autora: A alternância consiste em repartir o tempo de formação em períodos de vivência na escola e na família. Esse ritmo alternado rege toda a estrutura da escola e a busca a conciliação entre a escola e a vida não permitindo ao jovem desligar-se de sua família e, por conseguinte, do meio rural.

A alternância, enquanto princípio pedagógico, mais que característica de sucessões repetidas de sequências, meio escolar e meio familiar, visa desenvolver na formação dos jovens situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que o rodeia. Buscando articulares universos considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto – a alternância coloca em relação diferentes parceiros com identidades, preocupações e lógicas também diferentes.

Desta forma, percebe-se que as experiências de Pedagogia da Alternância, imbricadas nos movimentos sociais populares, parecem sinalizar para um novo projeto de sociedade e de educação. Como um broto minúsculo e com muito esforço, este novo luta para romper por dentro da velha árvore que se constitui na sociedade e educação burguesas.

De acordo com Queiroz (2004) a Pedagogia da Alternância constitui-se como um dos princípios pedagógicos e educativos fundamentais para a educação do campo.

A alternância vai se definindo como um processo formativo contínuo entre dois espaços, interagindo educadores e educandos, escola e família, teoria e prática, estudo e trabalho, o pessoal e o coletivo, os saberes experienciais e os saberes científicos, os saberes pedagógicos com os saberes disciplinares. De forma que a experiência, ou seja, o contexto do aluno é tratado com prioridade, tornando-se ponto de partida e chegada, no processo ensino-aprendizagem. Não existe alternância sem uma integração da família e do meio socioprofissional onde a escola está inserida.

Dias (2006) destaca que a formação pela alternância se organiza em torno do “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver com os outros” e “aprender a ser”. Aprender a conhecer, para que o jovem conheça, relacione e integre os elementos de sua

cultura ao conhecimento técnico-científico. Aprender a fazer aponta para o desenvolvimento de habilidades para enfrentar problemas, solucionar conflitos e adquirir qualificação profissional. Aprender a viver com os outros para realizar projetos comuns, compreendendo o outro e fortalecendo as relações dentro da comunidade. Aprender a ser sujeito e cidadão, agindo com autonomia e estabelecendo relações entre sujeito, escola, comunidade e propriedade

A LDB nº 9394/96 contemplou o meio rural enquanto espaço específico e diferenciado, quando propôs medidas de adequação da escola à vida do campo, ao estabelecer no art. 28 que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A aprovação, no ano de 2002, das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), significa uma das primeiras políticas específicas para as escolas do campo e apresentam as seguintes indicações: garantir o respeito à diversidade do campo, nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; garantir a autonomia institucional para elaboração das propostas pedagógicas das escolas do campo, sempre que orientadas para o desenvolvimento sustentável e desde que respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais; garantir a flexibilização da organização do calendário escolar e o desenvolvimento das atividades em diferentes espaços pedagógicos; garantir a gestão democrática das escolas, estimulando a autogestão, a autonomia e o fortalecimento da organização de conselhos que implementem um programa de desenvolvimento para a população do campo; e, por fim, propõe, sob responsabilidade dos entes federados.

4.3. Marco Legal

Em termos legais, o Brasil conta com significativos dispositivos, que podem fundamentar implementação de políticas públicas diferenciadas de educação do campo. Destacamos os seguintes instrumentos legais que servem de base para a construção de projeto diferenciado de educação do campo: Constituição de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional nº 9.394/1996 de 20/12/1996; Lei nº 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação; Parecer CEB/CNE nº 36/2001 de 04/12/2001- Diretrizes Operacionais à Educação Básica nas Escolas do Campo; Resolução CEB/CNEB nº 01/2002 de 03 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Lei nº 10.639/2003 de 09/01/2003 – Estabelece Inclusão de Temas da Cultura Afro-brasileira no Currículo Escola; Parecer CEB/CNE nº 03/2004 de 10/03/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana; Resolução CEB/CNE nº 01/2004 de 17/06/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parecer CEB/CNE nº 01/2006 de 01/02/2006 - Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo; Decreto nº 6.040/2007 de 07/02/2007 – Institui Política Nacional Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Um dispositivo importante na construção de uma educação de qualidade no campo é o Decreto nº 5.154/2004, na medida em que regulamenta os artigos 39 a 41 da LDB. Trata da formação profissional através de cursos e programas de qualificação inicial e continuada por meio de programas de atualização de curta duração, aperfeiçoamento e especialização, cujos itinerários formativos despertam e estimulam desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social

Nessa mesma perspectiva, visando fortalecer e consolidar o aparato legal que normatiza a educação do campo em nosso país, no dia 4 de novembro de 2010, foi assinado o Decreto nº 7.352, que dispõe sobre a política de educação do campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o qual integra a política de educação do campo do país, e explicita, com maior detalhamento, seus objetivos, beneficiários, natureza dos projetos a serem apoiadas, referências para a gestão do programa e fontes de financiamento, sendo por isso, considerado um passo muito importante em direção à consolidação do programa enquanto política pública.

4.4. Diagnóstico da formação para a docência

De acordo com as Sinopses Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, atualizadas em 2011, o Piauí⁴ tem 45.187 professores atuantes

⁴ Dados disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 20/10/2012.

na Educação Básica. Destes, 34.896 lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Quadro I
Número de Professores da Educação Básica por Escolaridade
Região Nordeste-2011

Estado	Fundamental	Médio		Superior	Total
		Magistério	Ensino Médio		
Piauí	1.553	14.396	4.642	24.596	45.187
Maranhão	1.189	50.037	5.740	33.225	90.191
Ceará	457	17.489	13.432	55.689	87.067
Rio G. do Norte	309	8.237	4.959	21.135	34.640
Paraíba	504	13.610	4.625	26.732	45.471
Pernambuco	777	32.432	5.596	50.308	89.113
Alagoas	261	14.072	3.005	13.919	31.257
Sergipe	204	5.658	1.920	15.344	23.129
Bahia	1.444	85.642	14.031	51.531	152.648

Fonte: Sinopses Estatísticas do INEP - Atualizadas em 2011.

Quanto ao diagnóstico da formação dos profissionais de Educação, pode-se afirmar, de acordo com o quadro, que 1.553 professores do Piauí ainda possuem apenas o Ensino Fundamental como maior grau de escolarização. Os professores detentores apenas de Ensino Médio somam 19.038 docentes. Os portadores de curso superior totalizam 24.596.

Como se percebe ao analisar o quadro, 45,6% dos professores da Educação Básica no Piauí não possui curso superior, além de o estado deter o maior índice da região de professores em atividade com apenas Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes que, estando no exercício da profissão, se enquadram, em parte, na prerrogativa legal, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 1996:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam que 32% de docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio ministram apenas 1 disciplina. Os 78% restante ministram mais de uma disciplina. Isso possibilita afirmar que parte destes professores está lecionando disciplinas distintas de sua formação inicial.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (2011), o déficit de professores está em torno de 6.000 profissionais, sendo as áreas de Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática as mais precárias. A situação se agrava ainda mais no interior do estado e nas escolas no campo.

Dentre os fatores listados como responsáveis por estes números estão os baixos salários pagos aos profissionais de ensino, que torna a carreira pouco atraente e o nível de dificuldade dos cursos superiores nas áreas citadas, ou seja, as turmas destes cursos na universidade começam completas, entretanto, sofrem reduções drásticas ao longo dos semestres.

Dessa forma, torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, mais especificamente para o atendimento às escolas do e no campo, carentes de políticas próprias de formação, que pense o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Pedagógico e pelas possibilidades em Ensino, Pesquisa e Extensão que abre a todos os docentes e discentes do curso.

5. PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO

Aspectos de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na graduação, é importante que haja um princípio educativo e uma metodologia que contemplem o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com o real.

Assim, o processo de formação do profissional do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza proposto está centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e orientadores partilhem o complexo exercício da prática reflexiva, assolada por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores.

Vale destacar, ainda, em termos de pesquisa, o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, sob orientação de um professor responsável. Seu objetivo é o de estimular a produção científica, oportunizando experiências de pesquisa, relacionando teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre as questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Por inserir-se no aprendizado do aluno, trata-se de um momento em que dever-se-ia viabilizar a oportunidade de teste de hipóteses e de experimentação de metodologias e materiais didáticos, o que em muito contribuiria para a formação do licenciado.

Quanto ao ensino pretendido, este deverá ocorrer em sintonia com a questão científica, ao longo do curso, e, de maneira interdisciplinar, baseando-se sempre na Pedagogia da Alternância, criando-se condições de ensino em função de relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas e aliando-se às questões sociais. Dessa forma, a par dos conteúdos específicos, buscar-se-á ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente, aqueles voltados à prática educacional, permitindo saberes necessários para a atuação nas áreas de Ciências da Natureza.

A extensão apresenta-se, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando-se tal propósito, serão preparados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa e ofereçam uma educação continuada.

Busca-se, assim, ampliar as oportunidades de aprendizado e crescimento dos alunos para que estes possam desempenhar, de forma competente, suas atividades profissionais.

Além disso, reforça-se a necessidade de se entender a Educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

Prática como componente curricular

De acordo com a Resolução CNE/CP 1/2002, a prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao Estágio Supervisionado, desarticulando-a do restante do curso (Art. 12 § 1º). A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor (Art. 12 § 2º), constituindo os componentes curriculares de formação no interior de todas as áreas ou disciplinas (Art. 12 § 3º).

Ainda com a Resolução, soubemos que as práticas deverão ter tempo e espaço curricular específico e promover as articulações interdisciplinares (Art. 13). Articulações estas que devem ser desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema (Art. 13 § 1º).

É necessário dizer que a presença da prática profissional na formação do professor, não prescinde da observação e ação direta, podendo ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações-problemas, simuladores e estudos de casos (Art. 13 § 2º).

Em nossa proposta curricular, a prática como componente curricular deverá contemplar a transposição didática, já que cabe ao licenciando conhecer os conteúdos que serão desenvolvidos, com seus alunos, no Ensino Fundamental e Médio. No entanto, a formação de professores não deverá restringir-se apenas à preparação para a regência, devendo capacitar os futuros profissionais quanto: à participação no projeto educativo da escola, ao relacionamento com alunos e com a comunidade, às discussões sobre as temáticas relacionadas ao sistema educacional e à análise e compreensão de sua atuação.

No que se refere à forma de realização das práticas, de acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001, muitas podem ser as ações, desde que se incluam estudos e discussões de temáticas que integrem os conhecimentos com as vivências do aluno, o contato com a escola, o conhecimento da estrutura e funcionamento da escola e, os conteúdos desenvolvidos em outras disciplinas, viabilizando a concepção e a execução de práticas pedagógicas para o ensino de Ciências da Natureza.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1. Objetivo geral:

- Promover formação de professores numa perspectiva sólida na área de conhecimento de Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, para atuação nas escolas do e no campo, assegurando o acesso e permanência de professores atuantes e dos sujeitos participantes dos movimentos sociais organizados em curso de nível superior, com vistas a atender à demanda social e pedagógica das comunidades camponesas.

6.2. Objetivos específicos:

- Habilitar profissionais em exercício na educação fundamental e média, que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;
- Ampliar e consolidar o diálogo com os Movimentos Sociais presentes no campo piauiense, com vistas a refletir e atender às demandas de formação apresentadas pelos mesmos;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do e no campo;
- Formar assentados, filhos de assentados e professores dos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a docência multidisciplinar e para a gestão de processos de educação básica em escolas do campo;
- Viabilizar um processo de formação participativa de educadores da reforma agrária para que estes possam desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade;
- Criar estratégias formativas, em nível superior, no espaço territorial de convivência dos professores de escolas do/no campo e assentados da reforma agrária, tornando-os aptos a desenvolverem estratégias de desenvolvimento local sustentável; e,
- Oferecer condições metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão dos projetos pedagógicos das escolas do e no campo onde atuam;
- Estimular a construção de novas estratégias de ensino para facilitar a apreensão, dos alunos, dos conhecimentos relativos à formação de cidadãos dignos e eticamente corretos.

7. PROCESSO DE SELEÇÃO E ACESSO

7.1. Critérios de seleção

A seleção para ingresso em curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza será específica e diferenciada da atual forma de acesso à UFPI, que desde 2011 adotou o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM como único instrumento de avaliação.

Entendendo a especificidade do curso e do profissional que se pretende formar, optamos por um processo seletivo que objetivará oferecer oportunidade ampla de acesso aos professores que já estão em exercício e demais interessados que apresentem estreita ligação com o campo. Para assegurar tal objetivo, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Edital para Seleção específica, cuja data de divulgação constará do calendário anual do curso e trará a obrigatoriedade de apresentação de Carta de Recomendação da qual conste a vinculação/pertencimento à comunidade, associação, cooperativa, sindicatos, pastorais sociais, escola ou movimentos sociais do campo.
- Para os candidatos que já exercem a atividade docente em escola do /no campo, será solicitado documento comprobatório.
- Homologação de inscrições mediante a apresentação de documentação;
- Aplicação de prova de produção textual: peso para aspectos formais (linguísticos) e específicos (saberes relacionados às discussões, produção e vivências do campo);
- Ampla divulgação dos resultados e recursos. Os resultados serão utilizados para a formação de 2 turmas anuais, com entradas semestrais.

Para assegurar a qualidade do processo seletivo, as produções textuais serão avaliadas por professores especialistas na área de Educação do Campo ou que tenham vinculação com a Educação do Campo.

7.2. Critérios de prioridade

A prioridade da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza será a demanda de professores que atuam nas escolas do e no campo, nos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e não possuem formação em nível superior. Estando atendida esta demanda, as vagas remanescentes serão distribuídas observando:

- 1- Candidatos vinculados às práticas produtivas e sociais do campo, residentes no campo, participantes de movimentos, associações, cooperativas, sindicatos de camponeses;
- 2- Alunos oriundos de Escolas Técnicas ou Agrotécnicas, Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Escolas de Assentamentos e demais escolas rurais.

8.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso preparará professores em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza para atuarem no ensino fundamental e Médio, nas escolas do e no campo nas disciplinas de Ciências da Natureza, proporcionando ao aluno o conhecimento necessário ao entendimento da natureza, enfocando a Terra e o Universo dentro de uma visão multidisciplinar. Portanto, espera-se que o licenciado possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado, uma vez que em seu processo formativo pretende-se adotar a sistemática de conteúdos multidisciplinares.

Além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, a preocupação também será a de oferecer a este acadêmico, bases sólidas para entender a dinamicidade do Campo em seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade às populações do campo, ou seja, da educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Os professores formados pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza serão profissionais capazes de:

1. Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
2. Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade sócio-histórico-política;
3. Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos;
4. Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
5. Percepção da integração necessária entre Ciências da Natureza e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
6. Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
7. Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
8. Problematização, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, da constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
9. Conhecimento de informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
10. Trânsito pelas fronteiras da área de Ciências da Natureza, Humanas e Sociais;
11. Desenvolvimento de pesquisas, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em outras instituições;
12. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
13. Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
14. Capacidade de identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações dos conhecimentos;
15. Planejamento e realização de atividades de campo referentes à investigação na área de Ciências da Natureza;

10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

10.1. Matriz Curricular

O curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas rurais de Educação Básica. Assim, existem disciplinas voltadas para ciências da natureza com foco na realidade camponesa, para que se evidencie o modo de viver do povo do campo, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em sociologia, história, filosofia e educação.

A carga horária total do Curso compreende 3260 horas, das quais, 2535 horas (169 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 120 horas.

Serão oferecidas 120 vagas, com uma entrada de 60 estudantes no segundo semestre de 2013 e mais 60 estudantes no primeiro semestre de 2014. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base o tempo-comunidade e o tempo-escola, além de uma interligação entre estes dois momentos. No tempo-escola, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto que, no tempo-comunidade, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no assentamento ou na escola rural em que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o tempo-comunidade, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do tempo-escola:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o

educando/a deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.

3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.
4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando/a apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas. Cada comunidade ou escola envolvida deverá apresentar uma carta de concordância de participação e envolvimento no projeto de extensão e/ou pesquisa.
5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do tempo-escola, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do tempo-escola.
6. **Seminários Integradores** - Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.
7. **Trabalho de Conclusão de Curso (120h).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das seis etapas do curso.
8. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas a comunidades, assentamentos e escolas rurais das localidades envolvidas no projeto, bem como a

apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

9. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas nos assentamentos, áreas de agricultura familiar ou escolas rurais ou do campo. Mapeamento dos Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Rurais envolvidas no Projeto.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu assentamento, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas do Campo nas Regionais, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.
2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.
3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária

ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações áreas quilombolas, grupos de assalariados rurais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

O curso está organizado em forma de Blocos. Cada Bloco divide-se em atividades de tempo-escola e tempo comunidade. As atividades anuais de tempo-escola serão de 60 dias, o restante será destinado às atividades da dimensão tempo-comunidade, sempre orientadas pelo professor. Tais atividades serão realizadas nos meses de julho e janeiro. Neste caso, cada ano letivo terá o total de 800 horas. Ao final de cada disciplina, o professor deverá orientar os alunos sobre a natureza das atividades a serem realizadas no tempo-comunidade. O curso, portanto, constitui-se de 08 (oito) Blocos integrados, dispostos nos quadros a seguir:

10.2. Componentes curriculares

1º. Semestre

Bloco I						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
1.	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	15
2.	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo	3.1.0	45	15	-	60
3.	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	45	15	-	60
4.	Biologia Celular	3.1.0	45	15	-	60
5.	Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
6.	História da Educação	3.1.0	45	15	-	60
7.	Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
Total		19.6.0	285	90	-	375

2º. Semestre

Bloco II						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
01	Genética	3.1.0	45	15	-	60
02	Química Básica	3.1.0	45	15	-	60
03	Física Básica	3.1.0	45	15	-	60
04	Matemática para o Ensino de Ciências	3.1.0	45	15	-	60
05	Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
06	Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.6.0	270	90	-	360

3º. Semestre

Bloco III						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
01	Química Orgânica	3.1.0	45	15	-	60
02	Políticas Públicas de Educação do Campo	3.1.0	45	15	-	60
03	Educação Especial	3.1.0	45	15	-	60

04	Didática	2.2.0	30	30		60
05	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	3.1.0	45	15	-	60
06	Ética e Educação	3.1.0	45	15	-	60
Total		17.7.0	255	105	-	360

4º. Semestre

Bloco IV						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Metodologia do Ensino da Física	3.1.0	45	15	-	60
02	Metodologia do Ensino da Biologia	3.1.0	45	15	-	60
03	Metodologia do Ensino da Química	3.1.0	45	15	-	60
04	Bioquímica para o Ensino de Ciências	3.1.0	45	15	-	60
05	LIBRAS	3.1.0	45	15	-	60
06	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.6.0	270	90	-	360

5º. Semestre

BLOCO V						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Biologia Animal I	3.1.0	45	15	-	60
02	Biologia Vegetal I	3.1.0	30	30	-	60
03	Educação Ambiental	3.1.0	45	15	-	60
04	Ecologia	3.1.0	45	15	-	60
05	Anatomia e Fisiologia Humana	3.1.0	45	15	-	60
06	Estágio Supervisionado I	0.0.5	-	-	75	75
Total		15.5.5	210	90	75	375

6º. Semestre

Bloco VI						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Gestão e organização da escola do campo	3.1.0	45	15	-	60
02	Biologia Animal II	3.1.0	45	15	-	60
03	Relações Étnico-Raciais	3.1.0	45	15	-	60
04	Biologia Vegetal II	3.1.0	45	15	-	60
05	Geociências	3.1.0	30	30	-	60
06	Estágio Supervisionado II	0.0.6	-	-	90	90
Total		15.5.6	210	90	90	390
TOTAL GERAL						

7º. Semestre

Bloco VII						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Geografia Física e Matemática	3.1.0	45	15	-	60
02	Zoologia de Interesse Médico	3.1.0	45	15	-	60
03	Optativa I	3.1.0	45	15	-	60
04	TCC I	3.1.0	45	15	-	60
05	Teoria do Currículo e Sociedade	3.1.0	45	15	-	60
06	Estágio Supervisionado III	0.0.8	-	-	120	120
Total		15.5.8	225	75	120	420
TOTAL GERAL						

8º. Semestre

Bloco VIII						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			

			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Evolução	3.1.0	45	15	-	60
02	Educação e Movimentos Soc. do Campo	3.1.0	45	15	-	60
03	Optativa II	3.1.0	45	15	-	60
04	TCC II	1.3.0	15	45	-	60
05	Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	3.1.0	30	30	-	60
06	Estágio Supervisionado IV	0.0.8	-	-	120	120
Total		13.7.8	180	120	120	420
TOTAL GERAL						

OPTATIVAS						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
1.	Física para o Ensino Médio	3.1.0	45	15	-	60
2.	Educação e cultura popular	3.1.0	45	15	-	60
3.	Sociologia Rural	3.1.0	45	15	-	60
4.	Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	45	15	-	60
5.	Química para o Ensino Médio	3.1.0	45	15	-	60
6.	Educação, Estado e Direitos Humanos	3.1.0	45	15	-	60
7.	Embriologia e Histologia Comparada	3.1.0	45	15	-	60
8.	Informática na Educação	2.2.0	30	30	-	60

10.3. Fluxograma do Curso

BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III	BLOCO IV	BLOCO V	BLOCO VI	BLOCO VII	BLOCO VIII										
Seminário de Introdução ao Curso 15 1.0.0	Genética 60 3.1.0	Química orgânica 60 3.1.0	Metodologia do Ensino de Física 60 3.1.0	Biologia Animal I 60 3.1.0	Gest. E Org. da Escola do Campo 60 3.1.0	Geografia Física e Matemática 60 3.1.0	Evolução 60 3.1.0										
Met. Cient. e da pesquisa em Ed. do Campo 60 3.1.0	Química Básica 60 3.1.0	Políticas Públicas de Ed. do Campo 60 3.1.0	Metodologia do Ensino de Biologia 60 3.1.0	Biologia Vegetal I 60 2.2.0	Biologia Animal II 60 3.1.0	Zoologia de Interesse Médico 60 3.1.0	Ed. e Mov. Sociais do Campo 60 3.1.0										
História, Identidade e Memória dos povos do Campo 60 3.1.0	Física Básica 60 3.1.0	Educação Especial 60 3.1.0	Metodologia do Ensino de Química 60 3.1.0	Educação Ambiental 60 3.1.0	Relação Étnico-Raciais 60 3.1.0	Optativa I 60 3.1.0	Optativa II 60 3.1.0										
Biologia Celular 60 3.1.0	Matemática para o Ensino de Ciências 60 3.1.0	Didática 60 2.2.0	Bioquímica para o Ensino de Ciências 60 3.1.0	Ecologia 60 3.1.0	Biologia Vegetal II 60 3.1.0	TCC I 60 3.1.0	TCC II 60 1.3.0										
Filosofia da Educação 60 3.1.0	Psicologia da Educação 60 3.1.0	Fundamentos e Metodológicos da Educação do Campo 60 3.1.0	LIBRAS 60 3.1.0	Anatomia e Fisiologia Humana 60 3.1.0	Geociências 60 2.2.0	Teoria do Currículo e Sociedade 60 3.1.0	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável 60 2.2.0										
História da Educação 60 3.1.0	Legislação e Organização da Educação Básica 60 3.1.0	Ética e Educação 60 3.1.0	Avaliação da Aprendizagem 60 3.1.0	Estágio Supervisionado I 75 0.0.5	Estágio Supervisionado II 90 0.0.6	Estágio Supervisionado III 120 0.0.8	Estágio Supervisionado IV 120 0.0.8										
Sociologia da Educação 60 3.1.0	<table border="1"> <tr> <td>Total de Disciplinas Teóricas e práticas</td> <td>2.535</td> </tr> <tr> <td>Atividades complementares</td> <td>200h</td> </tr> <tr> <td>TCC</td> <td>120h</td> </tr> <tr> <td>Estágio Supervisionado</td> <td>405h</td> </tr> <tr> <td>TOTAL GERAL</td> <td>3.260</td> </tr> </table>							Total de Disciplinas Teóricas e práticas	2.535	Atividades complementares	200h	TCC	120h	Estágio Supervisionado	405h	TOTAL GERAL	3.260
Total de Disciplinas Teóricas e práticas	2.535																
Atividades complementares	200h																
TCC	120h																
Estágio Supervisionado	405h																
TOTAL GERAL	3.260																

10.4. Quadro de Disciplinas e seus Pré-requisitos

Número da Disciplina	Nome da Disciplina	Pré-requisito
<i>Obrigatórias</i>		
1.	Seminário de Introdução ao Curso	-
2.	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo	-
3.	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	-
4.	Biologia Celular	-
5.	Filosofia da Educação	-
6.	História da Educação	-
7.	Sociologia da Educação	-
8.	Genética	-
9.	Química Básica	-
10.	Física Básica	-
11.	Matemática para o Ensino de Ciências	-
12.	Psicologia da Educação	-
13.	Legislação e Organização da Educação Básica	-
14.	Química Orgânica	Química Básica
15.	Políticas Públicas de Educação do Campo	-
16.	Educação Especial	-
17.	Didática	
18.	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	
19.	Ética e Educação	
20.	Metodologia do Ensino da Física	Física Básica
21.	Metodologia do Ensino da Biologia	Biologia Celular
22.	Metodologia do Ensino da Química	Química Básica
23.	Bioquímica para o Ensino de Ciências	
24.	LIBRAS	
25.	Avaliação da Aprendizagem	Didática
26.	Biologia Animal I	
27.	Biologia Vegetal I	
28.	Educação Ambiental	
29.	Ecologia	
30.	Anatomia e Fisiologia Humana	
31.	Estágio Supervisionado I	
32.	Gestão e organização da escola do campo	
33.	Biologia Animal II	
34.	Relações Étnico-Raciais	
35.	Biologia Vegetal II	
36.	Geociências	
37.	Estágio Supervisionado II	Metodologia do Ensino da Química\ Estágio Supervisionado I
38.	Geografia Física e Matemática	
39.	Zoologia de Interesse Médico	
40.	Optativa I	

41.	TCC I	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo
42.	Teoria do Currículo e Sociedade	
43.	Estágio Supervisionado III	Metodologia do Ensino da Biologia\ Estágio Supervisionado I\ Estágio Supervisionado II
44.	Evolução	
45.	Educação e Movimentos Sociais do Campo	
46.	Optativa II	
47.	TCC II	TCC I
48.	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
49.	Estágio Supervisionado IV	Metodologia do Ensino da Física\ Estágio Supervisionado I\ Estágio Supervisionado II\ Estágio Supervisionado III
Optativas		
50.	Física para o Ensino Médio	
51.	Educação e cultura popular	
52.	Sociologia Rural	
53.	Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	
54.	Química para o Ensino Médio	
55.	Educação, Estado e Direitos Humanos	
56.	Embriologia e Histologia Comparada	
57.	Física para o Ensino Médio	
58.	Informática na Educação	

10.5. Ementa das disciplinas / Bibliografia

Bloco: 1	Disciplina: Seminário de Introdução ao Curso	Carga Horária: 15h
Ementa:		
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a Legislação da UFPI		
Bibliografia Básica:		
1. UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo , 2013;		
2. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI N°21\00 Regimento Interno da UFPI , 2000.		
3. UFPI. Resolução CEPEX N° 177\12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http:// www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX .		
Bibliografia Complementar:		
1. UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução n° 017\2011. Guia acadêmico do aluno 2011. Disponível em http://www.ufpi.br/arquivos/guia .		

2. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº 032\05. Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Disponível em http\www.ufpi.br\arquivos\estatuto e regimento UFPI .
3. UFPI. Relatório de auto avaliação da UFPI , 2012. Disponível em http\www.ufpi.br\arquivos\cpa .
4. UFPI. Resolução conjunta nº 002\2010 – Conselho Diretor\Conselho Universitário, 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010\2014. Disponível http\www.ufpi.br\arquivos\PDI
5. BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : nº 9394/96. Brasília: 1996.

Bloco: 1	Disciplina: Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do Conhecimento. Ciências.		
Bibliografia Básica:		
1. GALLIANO, A. Guilherme. Metodologia Científica Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Happer Row do Brasil, 1979.		
2. SALOMON, Délcio Vieira. Como Fazer uma monografia . 3. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.		
3. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo: Atlas, 1987.		
Bibliografia Complementar:		
1. CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.		
2. FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa . Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.		
3. GOLDENBERG, Míriam. A arte de pesquisar . Rio de Janeiro: Record, 2005.		
4. MUGRABI, Edivanda; DOXSEY, Jaime. Introdução à Pesquisa educacional . Fascículo 1. UFES/NE@AD, 2003.		
5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e pesquisa . Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.		

Bloco: 1	Disciplina: História, Identidade e Memória dos povos do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa: O Brasil Campesino: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, <i>modus vivendi</i>) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. O papel dos movimentos sociais rurais e urbanos no processo de democratização do Brasil. A importância histórica dos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais: o caráter histórico desses movimentos no século XXI. Histórico das políticas educacionais para o Campo. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida. História das políticas educacionais para o campo.		
Bibliografia Básica		
1. ALVES, Gilberto Luiz (org). Educação no Campo : recorte no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009.		
2. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.		
3. IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.		
4. Bibliografia Complementar		
1. BRUNO, Regina Ângela Landin. Senhores da Terra, Senhores da Guerra : a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.		
2. CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. (Editores) O novo rural brasileiro : Políticas Públicas. Editora Hortograf; 2000 - Volume 4.		
3. FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e Agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de Capital. Revista Pegada , São Paulo, vol. 9 n.1, junho/2008, p.35-62.		
4. FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Org.). Usos e abusos da história oral . Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 183-191.		
5. GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada : políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.		

Bloco: 1	Disciplina: Biologia Celular	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Estrutura e evolução das células. Células procariotas e eucariotas. Os vírus e suas relações com as células.		

Métodos de estudo da célula e uso do microscópio. Células: Estrutura, composição química e funções dos componentes celulares. Membranas. Citoplasma. Núcleo. Citoesqueleto. Matriz extracelular. Divisão, Controle e Morte Celular. Mecanismos de diferenciação celular. Noções de sinalização celular.

Bibliografia Básica:

1. ALBERTS, Bruce. **Fundamentos da Biologia Celular**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
2. CARVALHO, Hernandez F. **Célula**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2007.
3. JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, Jose (Colab.). **Biologia Celular e Molecular**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

1. ALBERTS, Bruce. **Biologia Molecular da Célula**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. DE ROBERTIS, Eduardo M. F.; HIB, Jose (Colab.); PAULO, Antonio Francisco Dieb (Trad.). De Robertis: **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
3. ECA, Lilian Pinero. **Biologia Molecular: Guia Prático e Didático**. Rio de Janeiro: REVINTER, 2004.
4. LODISH, H. BERK, A. ZIPURSKY, S.L. MATUDAIRA, P. BALTIMORE, D., & DARNELL, J. **Biologia celular e molecular**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
5. KIERSZENBAUM, A.L. **Histologia e Biologia Celular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bloco: 1	Disciplina: Filosofia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARANHA, M. L. de A. Filosofia da educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996. 2. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 14, 1992. 3. GASPARIN, J. L. Comênio: a emergência da modernidade na educação. Petrópolis(RJ): Vozes, 1997. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 2d. São Paulo: Cortez, 1996. 2. GHIRALDELLI Jr., P. O que é pedagogia. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1996. 3. MCLAREN, P. Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000. 4. REZENDE, A. Muniz de. Concepção fenomenológica da educação. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Autores Associados, 1990. 5. SEVERINO, A. J. Filosofia. São Paulo: Cortez, 1993. 		

Bloco: 1	Disciplina: História da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da Educação I. São Paulo, Moderna, 1989. 2. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Moraes, 1980. 3. LOPES, Eliane M. Teixeira. Perspectivas Históricas da Educação. São Paulo, Ática 1986. 		
Bibliografia complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GUIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2009. 2. FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas-SP: Editora Alínea, 2001. 3. FRANCISCO FILHO, Geraldo. História Geral da Educação. Campinas-SP: Editora Alínea, 2005. 4. RIBEIRO, Maria Luiza S. História Brasileira. São Paulo, Moraes, 1982. 5. ROMANELLI, Otaiza de. A História da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1995 		

Bloco: 1	Disciplina: Sociologia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.		

Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.
Bibliografia Básica:
1. BAUDELLOT, C. A sociologia da educação: para que? In: Teoria & Educação . Porto Alegre, n. 3, p. 29 – 42, 1991
2. ESTEVES, A. J. e STOER, S. R. A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento . Lisboa, Afrontamento, 1992.
3. ENGUITA, M. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo . Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
Bibliografia Complementar
1. GÓMEZ, A. I. P. A cultura escolar na sociedade neoliberal . Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
2. LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável . São Paulo: Ática, 1997.
3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
4. NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
5. PETITAT, A. Produção da escola; produção da sociedade . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Bloco: 2	Disciplina: Genética	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Bases Cromossômicas da hereditariedade. Monoibridismo e Dihybridismo. Segregações. Ligações gênicas. Interação gênica. Mapa genético. Herança extra nuclear. Herança ligada ao sexo. Mutações e Polimorfismos. Herança quantitativa. Genética de populações e equilíbrio de Hardy- Weinberg. Noções de Citogenética.		
Bibliografia Básica:		
1. GRIFFITHS, Anthony J.F; MOTTA, Paulo A. (Trad.). Introdução à Genética . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
2. PIERCE, Benjamin A. Genética: um enfoque conceitual . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.		
3. SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. (Colab.). Fundamentos de Genética . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
1. BURNS, George W; BOTINNO, Paul J. (Sup.). Genética . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 381p.		
2. BROWN, T.A. Genética: um enfoque molecular . 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.		
3. GOWDAK, Demetrio; MATTOS, Neide Simoes de (Colab.). Biologia: genética, evolução e ecologia . São Paulo: FTD, 1990. 371p.		
4. GUERRA, M. Introdução à Citogenética Geral . Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan. 1988. 142 p.		
5. NUSSBAUM, R. L., MCINNES, R. R., WILLARD, H. F. Thompson & Thompson - Genética Médica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.		

Bloco: 2	Disciplina: Química Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Classificação macroscópica de substâncias químicas. Organização dos elementos conhecidos e suas propriedades. Representação das transformações químicas; conceitos fundamentais para a compreensão de transformações químicas em nível de atômico e molecular; normas de segurança e manipulações básicas em laboratório. Ligações e reações Químicas.		
Bibliografia Básica:		
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente . Bookman: Porto Alegre, 2001.		
2. BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral . Rio de Janeiro: TLC, 1983		
3. BRITO, M. A; PIRES, A. T. N; Química básica: teoria e experimentos . Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.		
Bibliografia Complementar		
1. FEITOSA, A. C.; FERRAZ, F.C. Segurança em laboratório . Bauru-SP: UNESP, 2000.		
2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, Jr. P. Química e reações químicas . 6.ed., Pioneira Thonson Learning, vol. 1 e 2, 2005.		
3. LENZI, E.; FAVERO, L. O. B.; TANAKA, A. S.; VIANA FILHO, E. A.; SILVA, M. B. Química geral experimental . Rio de Janeiro: Freitas Bastos editora, 2004.		
4. OLIVEIRA, E.A. Aulas práticas de química . São Paulo: Ed. Moderna, 1993.		
5. RUSSEL, J. B. Química Geral . 2.ed. São Paulo: Makron Books, Vol 1 e 2, 1994.		

Bloco: 2	Disciplina: Física Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Física: definição. Grandezas e unidades em Ciências Naturais. Importância da conservação de grandezas fundamentais no estudo dos fenômenos naturais. Movimentos de translação e rotação, envolvendo suas causas e consequências. Energia como base para o estudo de movimentos. Movimento de fluidos. Transformações de energia: calor e formas de energia em trânsito.		
Bibliografia Básica:		
1. HALLIDAY, D., RESNICK, R., e KRANE, K. S. Física . Vols. 1, 4a. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1996. 2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica . Vols 1, São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1996. 3. TIPLER, P. Física . Vol 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1999.		
Bibliografia Complementar:		
1. CHAVES, A. S. Física: O Paradigma Newtoniano . Rio de Janeiro: Editora Reichmann & Affonso, 2001. 2. FEYNMAN, Richard P. O que é uma lei física? Lisboa: Gradiva, 1989. 3. FEYNMAN, P. R. Física em Seis Lições . Rio de Janeiro. Ediouro, 2001 4. LUCIE, P. A Gênese do Método Científico , Rio de Janeiro, 1976. 5. SERWAY, R. A. Física para Cientistas e Engenheiros com Física Moderna . Vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1997.		

Bloco: 2	Disciplina: Matemática para o Ensino de Ciências	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Equações do 1º e do 2º graus; Funções Elementares e suas aplicações; Estatística elementar e suas aplicações.		
Bibliografia Básica:		
1. JACUBO E LELIS. Matemática na Medida Certa . São Paulo: Ed. Scipione. (5ª, 6ª, 7ª e 8ª), 1997. 2. BUCCHI, P. Curso Prático de Matemática . São Paulo: Ed. Moderna, 1998. 3. LIMA, E. I. e outros. A Matemática do Ensino Médio . Coleção Professor de Matemática. SBM, 2011.		
Bibliografia Complementar		
1. ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. uma variável 1 , 6 ed. Porto Alegre: Bookman Ed., 2000. 2. ÁVILA, G. Cálculo I: Funções de uma variável . 6. ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Ed., 1994. BIANCHIN, E. e PACCOLA, H. A Matemática tem Razão . São Paulo: Ed. Moderna, 2011. 3. CARMO, M. P.; Morgado, A. C.; WAGNEN, E., Trigonometria e Números Complexos . Coleção Professor de Matemática. SBM. 4. IEZZI, G. Matemática e Realidade . São Paulo: Ed. Atual. (5ª, 6ª, 7ª e 8ª), 2009. 5. BOLDRINI, J. L. Álgebra linear . São Paulo; Harper & Row do Brasil, 1980.		

Bloco: 2	Disciplina: Psicologia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem. A produção das subjetividades dos sujeitos do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O, e TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 2. BRAGHIROLI, E. M. e outros. Psicologia Geral . 20. ed. Petrópolis-RJ: Voz, 2001. 3. COLL, C.; PALÁCIOS, J. e MARCHESI, A.(orgs.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia e educação . Trad. Angélica Mello Alves, Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.		
Bibliografia Complementar		
1. DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia . Trad. Lenke Perez. 3ª ed. São Paulo-SP: Makron Books, 2001. 2. FONTANA, R; CRUZ, N. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo-SP: Atual, 1997. 3. WOOLFOK, A. E. Psicologia da educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 4. NUNES. T. BARBOSA, L. e BRYANT, P. Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática . São Paulo-SP: Cortez, 2001. 5. SALVADOR, C. C. (org.). Psicologia da educação . Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.		

Bloco: 2	Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		

A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.

Bibliografia Básica:

1. BREZENZISKI, I. (Org). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.
2. OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, T. (Orgs). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.
3. BREZENZISKI, I. (Org). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar

1. CORRÊA, B. C. Educação infantil. In: OLIVEIRA, R. & ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.
2. TUPY, M. I. N. Educação profissional. In: OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, T. (Orgs). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.
3. ARELARO, L. R. G. & KRUPPA, S. M. P. Educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, T. (orgs). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.
4. SOUSA, S. Z. L & PRIETO, R. G. Educação especial. In: OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, T. (Orgs). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.
5. SHIROMA, E. O. *et al.* **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Bloco: 3	Disciplina: Química orgânica	Carga Horária: 60h
-----------------	-------------------------------------	---------------------------

Ementa

Conceitos fundamentais. Funções orgânicas. Estereoquímica. Lipídios. Carboidratos. Proteínas. Métodos de separação de compostos orgânicos. Alguns compostos orgânicos do metabolismo secundário dos seres vivos.

Bibliografia Básica:

1. BARBOSA, Luiz Claudio de Almeida. **Introdução a química orgânica.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.
2. FERREIRA, Maria; MORAES, Lavinia (Colab.). **Química orgânica.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
3. McMURRY, John. **Química Orgânica.** 6. ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2009.

Bibliografia Complementar:

1. FERREIRA, Maria; MORAES, Lavinia (Colab.). **Química orgânica.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
2. MORRISON, Robert T. **Química Orgânica.** Boston: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
3. UCKO, David A. **Química para as ciências da saúde: uma introdução a química geral, orgânica e biológica.** 2. ed. Sao Paulo: Manole, 1992.
4. VOLLHARCT, K. Peter C.; SCHORE, Neil E. (Colab.) **Química Orgânica: Estrutura e Função.** 4 ed. Porto Alegre: Brokman, 2004.
5. McMurry, J. **Química Orgânica,** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

Bloco: 3	Disciplina: Políticas Públicas de Educação do Campo	Carga Horária: 60h
-----------------	--	---------------------------

Ementa: Definições e concepções acerca das políticas públicas. As políticas sociais no atual estágio do capitalismo. A política educacional no contexto das políticas sociais, com ênfase para as destinadas ao campo.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo** (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.
2. SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 2. ed. RJ: DP&A, 2002.
3. PEREIRA, Sônia. Espaços de Participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo? **Revista Brasileira de Educação.** v.12 n.35, p.359-371. mai-ago. 2007.

Bibliografia Complementar

1. FREIRE, Paulo. **Educação e política.** São Paulo: Ed Cortez, 1999.
2. TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs) **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** 3.ed. São Paulo : Cortez, 2000.
3. BRASIL. SECAD. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em 10/04/2010.
4. DAVIES, Nicholas. **Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta.** Campinas-SP : Autores Associados, 1999.
5. SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional.** 3.ed. Campinas-SP : Autores Associados, 2000.

Bloco: 3	Disciplina: Educação Especial	Carga Horária: 60h
Ementa: Educação infantil: aspectos históricos e legais. O jogo infantil nas abordagens teóricas: psicanalítica, construtivista e sócio-histórica. A evolução do desenho: a perspectiva de Luquet. Desenvolvimento moral: as contribuições de Piaget e Kohlberg. O brinquedo e o desenho na educação infantil. Educação inclusiva na escola do campo.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SAAD, Suad Nader. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. São Paulo: Vetor, 2003. 2. EDLER, Rosita Carvalho. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WWA, 1998. 3. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais. Campinas: Papirus, 1995. (Série Educação Especial) 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ENUMO. Sônia Regina Fiorim. Educação especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo: Conselho Regional de Psicologia, 1997. 2. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 3. ALMEIDA, M.A. Da segregação á inclusão: o percurso feito pelo Brasil em relação a outros países. IN: BRASIL. Ensaio Pedagógico. Brasília: MEC/SEESP,2007. 4. ALVES, D. de O.; GOTTI, M. de O. Atendimento educacional especializado. IN: BRASIL. Ensaio Pedagógico. Brasília: MEC/SEESP,2006. 5. EDLER, Rosita Carvalho. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WWA, 1997. 		

Bloco: 3	Disciplina: Didática	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Concepções de Didática e seus dbeterminantes. O objetivo de estudo da Didática e suas variáveis internas: objetivos, conteúdos, metodologia, relação professor/aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Recursos audiovisuais. As práticas educativas das escolas do campo.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Didática e ação docente: aspectos metodológicos na formação de profissionais da educação. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver e JUNQUEIRA, AZEVEDO, Sérgio Rogério (orgs.). Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. 2. ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de & OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.). Alternativas do ensino da didática. Campinas/SP: Papirus, 1997. 3. CONTERAS, J. A autonomia do professor. São Paulo: Cortez, 2002. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CUNHA, Maria Isabel da. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin MARTINS, Pura Lúcia Oliver e JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (orgs.). Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. FEKDMAN, Daniel. Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino. Porto Alegre: Artmed, 2001. 2. OLIVEIRA, Maria Rita N. S. A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos. Campinas/SP: Papirus, 1991. 3. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). Repensando a didática. Capinas/SP: Papirus, 1991. 4. LIBÂNEO, J.C. Didática. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 5. MARTINS, Pura Lúcia Oliver Martins. A didática e as contradições da prática. Capinas/SP: Papirus,2a edição, 2003. 		

Bloco: 3	Disciplina: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa: Estado, Sociedade, Movimentos Sociais do Campo e Educação. Políticas Públicas para educação no campo no Brasil. Currículo e Escola Rural. História, Princípios e Identidade da Educação do Campo. Educação do Campo, Currículo Integrado, Trabalho e Pesquisa como Princípios Educativos. Institucionalização da Educação do Campo e Projetos Pedagógicos em Educação do Campo		
Bibliografia Básica:		
1. CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo & KOLLING, Edgar Jorge (orgs) Educação do Campo:		

<p>Identidades e Políticas Públicas. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4).</p> <p>2. MARTINS, Fernando José (org). Educação do Campo e formação continuada de professores. Porto Alegre: EST Edições, 2008.</p> <p>3. UNEFAB, União das Famílias Agrícolas do Brasil. Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2002.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>1. KOLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José & MOLINA, Mônica Castagna (orgs). Por uma Educação do Campo. Brasília: UNB, 1999.</p> <p>2. ARROYO, Miguel Gonzáles et al (Orgs). A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília, DF. Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 1999. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 2).</p> <p>3. ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli e MOLINA, Mônica C. (organizadores) Por Uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>4. BENJAMIM, Cezar e CALDART, Roseli Salet. Projeto Popular e Escolas do Campo. 2.ed. Brasília: DF: Articulação Nacional por uma educação no Campo, 2001. (Coleção Por um a Educação Básica no Campo nº 3).</p> <p>5. NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Pedagogia da Resistência: Alternativa de Educação para o meio rural. Guarapari: Ex Libres, 2007.</p>

Bloco: 3	Disciplina: Ética e Educação	Carga Horária: 60h
Ementa: Conceito de ética. Noções sobre Ética, Moral e Direito Ética e Cidadania. Formação do Sujeito moral. Teorias éticas. Ética na profissão docente. Formação ética e política do educador. Conceito e Princípios filosóficos da Bioética. Temas atuais da bioética. Ética do cuidar e da solidariedade do campo.		
Bibliografia Básica:		
<p>1. AHLERT, Alvorci. Eticidade da Educação. Ijuí – RS, UNIJUÍ, 1999.</p> <p>2. BOFF, L. Ética da vida. Brasília, Letraviva, 2000.</p> <p>3. GALLO, S. Ética e cidadania: caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 1999.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>1. CLOTET, J. Bioética: uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.</p> <p>2. GUILHEM, D. & ZICKER, F. (Orgs.) Ética na pesquisa em saúde: Avanços e desafios. Brasília: LetrasLivres/Editora UnB; 2007.</p> <p>3. MORIN, Edgar. O paradigma perdido: a natureza humana. Portugal: Europa-américa, 1973.</p> <p>4. VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996 .</p> <p>5. RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p>		

Bloco: 4	Disciplina: Metodologia do Ensino da Física	Carga Horária: 60h
Ementa: Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Física. Organização do trabalho pedagógico no ensino de Física Diretrizes curriculares para o ensino de Física. Avaliação da aprendizagem em Física.		
Bibliografia Básica:		
<p>1. BORGES, A. Tarciso. Novos rumos para o laboratório escolar de Ciências. <i>Caderno Brasileiro de Ensino de Física</i>, Florianópolis, v.19, n.3, p.291-312, dezembro, 2002.</p> <p>2. BRAGA, Magda F.; MOREIRA, Moacir Alves. Metodologia do ensino de Ciências. Belo Horizonte: LÊ, 1997.</p> <p>3. DELIZOICOV, Demétrio. Metodologia do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez Editora, 1990.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>1. CARVALHO, Ana Maria pessoa de. Prática de Ensino. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1985.</p> <p>2. _____. Formação de Professores de Ciências. São Paulo: Cortez Editora. 1993.</p> <p>3. NARDI, R. (org.) Pesquisas em ensino de física. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência).</p> <p>4. NDERY, Mª Amália et al. Para compreender a ciência. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1994.</p> <p>5. CHASSOT, Attico. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.</p>		

Bloco: 4	Disciplina: Metodologia do Ensino da Biologia	Carga Horária: 60h
Ementa: Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas		

Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Biologia
Bibliografia Básica:
1. CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
2. BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.
Bibliografia Complementar:
1. ALMEIDA, M. J. P. M. de; SILVA, H. C. da (org.). Linguagens, leituras e ensino da ciência. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998. (Coleção Leituras no Brasil).
2. LEITE, Lígia Silva (coord.) Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. OLIVEIRA, J. B. A.; CHADWICK, C. Aprender e ensinar. São Paulo: Global, 2001.
4. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
5. SANT'ANNA, Ilza Martins; SANT'ANNA, Victor Martins. Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê? Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Bloco:4	Disciplina: Metodologia do Ensino de Química	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Contextualização histórica do ensino de Química. Tendências do ensino de Química. Organização do trabalho pedagógico em Química. Técnicas em ensino de Química s. Diretrizes curriculares para o ensino de Química . Materiais didáticos e paradidáticos de ensino de Química. Conteúdos e metodologias de Química para o Ensino Fundamental e Médio: seleção, seqüência e abordagens. Avaliação da aprendizagem em Química.		
Bibliografia Básica:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998.		
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.		
3. CARVALHO, A. M. P. de (org.) et al. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.		
Bibliografia Complementar:		
1. FROTA-PESSOA, O.; GEVERTZ, R.; SILVA, A. G. Como ensinar ciências. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.		
2. NARDI, R. (org.) Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência).		
3. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984- Quadrimestral. Textos escolhidos.		
4. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS. Porto Alegre: IF-UFRGS. Quadrimestral. Textos escolhidos.		
5. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. São Paulo: SBF, 1979- . Trimestral. Textos escolhidos.		

Bloco: 4	Disciplina: Bioquímica para o Ensino de Ciências	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução à Bioquímica, biologia celular, água, biomoléculas, enzimas, bioenergética, introdução ao metabolismo celular, metabolismo das macromoléculas, fotossíntese, ácidos nucleicos. Estudo das enzimas, incluindo cinética, inibição, regulação, coenzimas e vitaminas. Princípios de bioenergética. Transmissão da informação do código genético. Noções de Biologia Molecular e Biotecnologia.		
Bibliografia Básica:		
1. CHAMPE, P.C., HARVEY, R.A., FERRIER, D.R. Bioquímica ilustrada. 4.ed. ArtMed, 2009.		
2. DEVIN, T. M. Manual de bioquímica com correções clínicas. 6. ed. Sao Paulo: Edgard Blucher, 2007.		
3. NELSON, D.L., COX, M.M. Lehninger: Princípios de Bioquímica. 4. ed. Sao Paulo: Sarvier, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
1. BERG, J.M., TYMOCZKO, J.L, STRYER L. Bioquímica. 6º Ed. Guanabara Koogan. 2008.		
2. CAMPBELL, M.K.; FARRELL, S.O. Bioquímica. 5 .ed. São Paulo: Thomson, 2008.		
3. MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. Bioquímica Básica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		
4. MICKLOS, David A.. Ciência do DNA. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
5. NELSON, D.L., COX, M.M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 5ºed. Artmed. 2011.		

Bloco: 4	Disciplina: LIBRAS	Carga Horária: 60h
-----------------	---------------------------	---------------------------

Ementa: O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de histórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.

Bibliografia Básica:

1. FERNANDES, Eulália. **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
2. GOES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GOLDFELD, Marcia. **A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.
3. QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Bibliografia Complementar

1. QUADROS, Ronice Muller de. **Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda**. In: **Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos**. Rio de Janeiro: INES, 1997.
2. _____. **O tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 2004.
3. QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos**. Colaboração de Lodenir Becker Karnopp. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.; GOES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.); **Surdez : processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.
5. SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998..

Bloco: 4	Disciplina: Avaliação da Aprendizagem	Carga Horária: 60h
----------	---------------------------------------	--------------------

Ementa:

Conceitos básicos e tipos de avaliação. Caracterização de um bom instrumento de medida. Planejamento de testes. Construção e aplicação de testes. Apresentação e análise dos resultados de testes do rendimento escolar.

Bibliografia Básica:

1. BICUDO, M^a. V. & SILVA JÚNIOR, C. A. da (orgs.). **Formação do educador e Avaliação Educacional**. V. 4, São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários & Debates).
2. DEPRESTITERIS, L. **O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora**, São Paulo: EPU, 1989.
3. ESTEVES, Oyara Peterson. **Testes, Medidas e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1965.

Bibliografia Complementar

1. ESTEBAN, M^a. T. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos caminhos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
2. HAYDT, R. **A avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1995.
3. HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.
4. LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
5. SOUSA, Clarilza Prado de (org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas-SP: Papyrus, 1991.

Bloco: 5	Disciplina: Biologia Animal I	Carga Horária: 60h
----------	-------------------------------	--------------------

Ementa:

Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Protozoários (morfologia e fisiologia). Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos “basais” de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).

Bibliografia Básica:

1. BRUSCA, R. & G. BRUSCA. **Invertebrados**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
2. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. São Paulo: Roca, 2005.
3. STORER, T.I.; USINGER, R.L.; STEBBINS, R.C. & NYBAKKEN, J.W. **Zoologia geral**. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1991.

Bibliografia Complementar:

1. AZEVEDO, Antonio C P; HENNING, Georg J (Colab.). **Zoologia**. 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1982.
2. DARCE, Raul Dantas. **Introdução a anatomia e fisiologia animal**. 2. ed. São Paulo: Printed in Brazil, 1989.
3. POPESKO, Peter. **Atlas de anatomia topografica dos animais domesticos**. São Paulo: Manole, 1997.
4. RIBEIRO-COSTA, Cibele S; ROCHA, Rosana Moreira da (Colab.). **Invertebrados: Manual de Aulas Práticas**. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006.

5. RODRIGUES, Sergio de Almeida. **Zoologia**. 9. ed. Sao Paulo: Cultrix, 1982.

Bloco: 5	Disciplina: Biologia Vegetal I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Importância dos estudos na botânica; Diversidade e reprodução das plantas: Criptogamas e Fanerogamas; Desenvolvimento e morfologia de fanerógamas; formação de tecidos e principais órgãos - folha, caule, raiz, flor, fruto e semente.		
Bibliografia Básica:		
1. APEZATO-DA-GLÓRIA & CARMELLO-GUERREIRO, S. M. 2006. Anatomia vegetal . 2. ed. Viçosa, ed. UFV		
2. CUTTER, Elizabeth G. Anatomia Vegetal: Células e tecidos . 2. ed. São Paulo: Roca, 1986.		
3. BARROSO, G. M. Sistemática de angiospermas do Brasil . V. 1, 2 e 3. EDUSP, São Paulo. 1978, 1984, 1986.		
Bibliografia Complementar:		
1. BALTAR, S. L. M. de A.. Manual prático de morfoanatomia vegetal . Sao Carlos: Rima, 2006.		
2. BICUDO, Carlos E.M (Org.). Gênero de algas de águas continentais do Brasil . 2. ed. Sao Carlos: Rima, 2006.		
3. JUDD, Walter S. (Org.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
4. OLIVEIRA, E. C. Introdução à Biologia Vegetal . São Paulo: Edusp, 2003.		
5. RAVEN, P. H. EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		

Bloco: 5	Disciplina: Educação Ambiental	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O surgimento da EA. Educação Ambiental (conceito e sua importância no ensino fundamental e médio). . Relação entre saúde, educação e meio ambiente. Fenômenos ambientais e suas implicações para a sobrevivência do homem. A responsabilidade ambiental das empresas. O Protocolo de Kyoto e a Declaração do Rio de Janeiro. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e outras estratégias nacionais neste domínio.		
Bibliografia Básica:		
1. BARCELOS, Valdo. Educação ambiental: sobre princípios, metodologia e atitudes . Rio de Janeiro: Vozes, 2008.		
2. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico . 4. ed. Sao Paulo: Cortez, 2008.		
3. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: Princípios e práticas . 9. ed. Sao Paulo: Gaia, 2004.		
Bibliografia Complementar:		
1. ASHCROFT, Frances M.. Vida no limite: a ciência da sobrevivência . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.		
2. LIMA, L.M.Q. Lixo: Tratamento e Biorremediação . São Paulo: Editora Hemus, 1995.		
3. MILLER, G. Tyler. Ciência Ambiental . 11. ed. Sao Paulo: Cengage Learning, 2008.		
4. ROCHA, Julio Cesar; ROSA, Andre Henrique (Colab.); CARDOSO, Arnaldo Alves (Colab.). Introdução a Química Ambiental . Porto Alegre: Bookman, 2004.		
5. PEDRINI, Alexandre de Gusmao (Org.). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas . 6. ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2008.		

Bloco: 5	Disciplina: Ecologia	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução a Ecologia: Conceitos básicos. A energia nos sistemas ecológicos. Ciclagem de nutrientes. Fatores limitantes e o ambiente físico. Dinâmica de populações. Interações intra e interespecíficas. Sucessão ecológica. Padrões de diversidade. Conceito de bioma e principais ecossistemas terrestres.		
Bibliografia Básica:		
1. DAJOZ, Roger. Princípios de Ecologia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
2. RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza . 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.		
3. TOWNSEND, Colin R., BEGON; M., HARPER, J. L. Fundamentos da Ecologia . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.		
Bibliografia Complementar:		
1. BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R (Colab.). Ecologia: de indivíduos a ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.		
2. KREBS, J.R.. Introdução a ecologia comportamental . São Paulo: Atheneu, 1966.		
3. ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. Fundamentos de Ecologia . São Paulo: Thomson Learning, 2007.		
4. ODUM, Eugene P. Fundamentos de Ecologia . Sao Paulo: Cengage Learning, 2008.		

5. PINTO-COELHO, R.M. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

Bloco: 5	Disciplina: Anatomia e Fisiologia Humana	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Anatomia e Fisiologia dos sistemas orgânicos: esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTRO, Sebastiao Vicente de. Anatomia Fundamental. 3. ed. Sao Paulo: Makron Books, 1985. 2. THIBODEAU, Gary A. Estrutura e formacao do corpo humano. 11. ed. Monole, 2002. 528. SPENCE, Alexander P. Anatomia humana basica. 2. ed. Sao Paulo: Manole, 1991. 3. TORPORA, Gerard J. Corpo Humano: Fundamentos da anatomia e Fisiologia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. KAWAMOTO, Emilia Emi. Anatomia e fisiologia humana. Sao Paulo: EPU, 1988. 2. DANGELO, Jose Geraldo; FATTINI, Carlo Americo (Colab.). Anatomia Humana Basica. 2. ed. Sao Paulo: Atheneu, 2010. 3. SILBERNAGL, Stefan. Fisiologia: Texto e Atlas. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 4. OLIVEIRA, Norival Santolin de. Anatomia e fisiologia humana. Goiania: AB, 2002. 5. WOLF, HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1987. 		

Bloco: 5	Disciplina: Estágio Supervisionado I	Carga Horária: 75h
Ementa:		
O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente. Estágio de observação Ensino Fundamental e Médio.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRAGA, Magda F.; MOREIRA, Moacir Alves. Metodologia do ensino de Ciências. Belo Horizonte: LÊ, 1997. 2. CARVALHO, Ana Maria pessoa de. Prática de Ensino. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1985. 3. DELIZOICOV, Demétrio. Metodologia do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez Editora, 1990. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, Ana Maria pessoa de. Formação de Professores de Ciências. São Paulo: Cortez Editora, 1993. 2. BORGES, A. Tarciso. Novos rumos para o laboratório escolar de Ciências. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v.19, n.3, p.291-312, dezembro, 2002. 3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. 4. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André Peres. Física. 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 1992. 5. PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação dos Professores – Unidade, Terapia e Prática. Cortez Editora, 1984. 		

Bloco: 6	Disciplina: Gestão e organização da Escola do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação da escola do campo. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. Formas de organização e participação democrática nas escolas do campo.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. LIBANEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Cuiabá: Alternativa, 2007 . 2. LIMA, L. C. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001, 3. OLIVEIRA, Carlos Roberto de. História do Trabalho. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1998. Série Princípios. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FERREIRA, Naura C. (Org.). Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios. São Paulo: Cortez, 2001. 2. NÓVOA, Antonio (Coord.). As organizações Escolares em Análise. Lisboa: Dom Quixote, 1995. 3. MOREIRA, Antonio F. B. e SILVA, Tomaz T. da (org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994. 		

4. SOUZA, Rosa Fátima. **História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.
5. PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7).

Bloco: 6	Disciplina: Biologia Animal II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Característica gerais e fisiologia dos grupos: Filo Hemichordata, Filo Chordata (Sub-filos Cephalochordata, Urochordata e Vertebrata), Chondrichthyes, Actinopterygii, Sarcopterygii, Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Hemichordata, Cephalochordata, Urochordata, Agnatha, Chondrichthyes, Actinopterygii e Sarcopterygii. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Evolução das linhagens de vertebrados: Anapsida, Synapsida, Euriapsida, Diapsida (Infraclasse Ichthyosauria, Infraclasse Lepidosauromorpha e Infraclasse Archosauromorpha), Parareptilia. Origem e evolução dos Tetrapoda.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HILDEBRAND, Milton; GOSLOW, George (Colab.). Análise da Estrutura dos Vertebrados. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 2. ORR, R. T. Biologia dos Vertebrados. 5. ed. São Paulo: Roca, 1986. 3. POUGH, F. H.; JANIS, C. M.; HEISER, J.B. Vida dos vertebrados. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AZEVEDO, Antonio C P; HENNING, Georg J (Colab.). Zoologia. 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1982. 2. D ARCE, Raul Dantas. Introdução a anatomia e fisiologia animal. 2. ed. São Paulo: Printed in Brazil, 1989. 186. 3. DESCOURTILZ, J. Th. História natural das aves do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. 4. POPESKO, Peter. Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos. São Paulo: Manole, 1997. 3v. 5. RODRIGUES, Sergio de Almeida. Zoologia. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 		

Bloco: 06	Disciplina: Relações Étnico-raciais	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Relações raciais e construção da identidade. Diversidade étnico-racial, LDB, teorias de currículo e educação escolar. Pesquisa educacional e relações étnico-raciais. A questão étnico-racial no projeto pedagógico e nos planos de ensino. Diversidade no contexto da educação no campo.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CANDAU, Vera M. (org). Educação intercultural e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. 2. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana. Brasília, 2004. 3. THEODORO, (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1983. 2. MACLAREN, P. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000. 3. OLIVEIRA, Iolanda. O contexto racial na primeira república. In, MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (prefacio). Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2008. 4. PIERUCCI, Antônio Flavio. Ciladas da Diferença. São Paulo: Editora 34, 1999. 5. THEODORO, Helena. Mito e espiritualidade - mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996. 		

Bloco: 6	Disciplina: Biologia Vegetal II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Fisiologia Vegetal; Célula vegetal. Fotossíntese. Fotorrespiração. Respiração. Limitações fisiológicas da produção vegetal. Dinâmica do crescimento e do desenvolvimento: Fitohormônios, efeitos fisiológicos e modo de ação. Fotoperíodo. Relações água-planta. Conceitos e métodos taxonômicos. Código internacional de nomenclatura botânica. Categorias taxonômicas. Relações filogenéticas de ordens e famílias de plantas vasculares. Sistemas de classificação. Coleta e identificação.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CUTTER, Elizabeth G.. Anatomia Vegetal: experimentos e interpretação. São Paulo: Roca, 1987. 2. ESAÚ, K. Anatomia da Plantas com semente. São Paulo: Edgard Bucher, 2000. 		

3. VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDAL, Maria Rosaria Rodrigues (Colab.). Botânica - organografia : quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. Viçosa: UFV, 2000.
Bibliografia Complementar:
1. BALTAR, S. L. M. de A.. Manual prático de morfoanatomia vegetal . Sao Carlos: Rima, 2006.
2. CUTTER, Elizabeth G.. Anatomia Vegetal: Células e tecidos . 2. ed. Sao Paulo: Roca, 1986.
3. FERRI, Mario Guimarães. Glossário Ilustrado de botânica . São Paulo: Nobel, 1981.
4. JUDD, Walter S. (Org.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
5. RAVEN, P. H. EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Bloco:6	Disciplina: Geociências	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos gerais em geologia. Características físicas e composicionais da Terra. A escala do tempo geológico. Tectônica global. Os principais grupos de rochas. Introdução à mineralogia. Geologia do Brasil. Introdução à paleontologia. Águas subterrâneas. Introdução à geologia ambiental.		
Bibliografia Básica:		
1. SUGUIO, Kenitiro. Evolução Ecológica da Terra e a Fragilidade da Vida . São Paulo: Blucher, 2003.		
2. DAJOZ, Roger. Princípios de Ecologia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
3. SALGADO-LABOURIAU, M. L. História Ecológica da Terra . São Paulo. Edgard Blücher. 1994.		
Bibliografia Complementar:		
1. DNPM/CPRM. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil . Rio de Janeiro. DNPM/CPRM. 2002.		
2. LIMA, M. R. Fósseis do Brasil . São Paulo. Quercus. 1989.		
3. FIGUEIREDO, B.R. Minérios e Ambiente . Campinas. UNICAMP. 2000.		
4. SBPC, v. 1. Geologia - Série Ciência Hoje na Escola . 1 ed. São Paulo. Global/SBPC. 2000. TEIXEIRA, W. et al. (orgs) Decifrando a Terra . São Paulo. Oficina de Textos. 2000.		
5. ALBUQUERQUE, O.R.; DEQUECH, V. Contribuição para a geologia do meio-norte, especialmente Piauí e Maranhão. Brasil. In: CONGRESSO PANAMERICANO DE ENGENHARIA DE MINAS E GEOLOGIA, 2, Petrópolis, 1946. Anais. Rio de Janeiro, 1946. v.3, p. 69-109.		

Bloco: 6	Disciplina: Estágio Supervisionado II	Carga Horária: 90h
Ementa:		
Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica:		
1. BRAGA, Magda F.; MOREIRA, Moacir Alves. Metodologia do ensino de Ciências . Belo Horizonte: LÊ, 1997.		
2. CARVALHO, Ana Maria pessoa de. Prática de Ensino . São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1985.		
3. DELIZOICOV, Demétrio. Metodologia do Ensino de Ciências . São Paulo. Cortez Editora, 1990.		
Bibliografia Complementar		
1. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André Peres. Física . 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 1992.		
2. MOREIRA, Marco Antonio. Ensino de Física no Brasil: Retrospectiva e Perspectivas . <i>Revista Brasileira de Ensino de Física</i> , vol.22, n.1, p.94-99, mar. 2000.		
3. PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação dos Professores – Unidade, Terapia e Prática . Cortez Editora, 1984.		
4. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Universidade federal de Santa Catarina.		
5. BORGES, A. Tarciso. Novos rumos para o laboratório escolar de Ciências. Caderno Brasileiro de Ensino de Física , Florianópolis, v.19, n.3, p.291-312, dezembro, 2002.		

Bloco: 7	Disciplina: Geografia Física e Matemática	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução à Geografia. Definição de Geografia Física e Matemática. Elementos de Cartografia. Representações da Terra, Coordenadas, Fusos, Mapas e Cartas, Escalas, Projeções, Leitura e Interpretação de Mapas e uso de GPS. Noções de Topografia, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Noções básicas sobre a origem, idade, evolução, principais minerais e rochas constituintes de crosta terrestre. Definição e perspectiva da Geomorfologia. Sistema Geomorfológico Controle Estrutura e Climático. Noções de Meteorologia e Climatologia. Aspectos físicos e ambientais do Brasil: rocha, relevo, solos, coberturas vegetais e redes hidrográficas.		
Bibliografia Básica:		
1. ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico . São Paulo: Atlas, 1987.		
2. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica . 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.		

3. MOREIRA, Ruy. O que é geografia . 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
Bibliografia Complementar:
1. CÂMARA, C, & DAVIS, C. Fundamentos de Geoprocessamento . Livro on-line: www.dpi.inpe.br , 1996.
2. CARVALHO, M. S.; PINA, M. F.; SANTOS, S. M. Conceitos Básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia Aplicados à Saúde . Rede Interagencial de Informações para a Saúde. Brasília. Ministério da Saúde, 2000.
3. FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. A Evolução do Pensamento Geográfico . Lisboa – Portugal: Gadiva, 1986.
4. GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
5. MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil . São Paulo: Hucitec, 1987.

Bloco: 7	Disciplina: Zoologia de Interesse Médico	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos Gerais de Parasitologia, Relação Parasito-Hospedeiro e Epidemiologia. Estudo dos principais grupos zoológicos de Interesse Médico: Protozoários, Helmintos e Artrópodes. Controle de insetos.		
Bibliografia Básica:		
1. AUTO, Helvio Jose de Farias. Doenças infecciosas e parasitárias . Rio de Janeiro: REVINTER, 2002.		
2. NEVES, D.P. Parasitologia Humana . São Paulo: Atheneu, 2005.		
3. REY, L. Parasitologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
1. CARLI, G.A. Parasitologia Clínica . São Paulo: Atheneu, 2007.		
2. CIMERMAN, Benjamin; FRANCO, Marco Antonio (Colab.). Atlas de Parasitologia: Artropodes, Protozoários e Helmintos . São Paulo: Atheneu, 2009.		
3. LUIZ NETO, Leonardo Severo da; VOLPI, Roseli (Colab.); REIS, Pedro Aguiar dos (Colab.). Microbiologia e Parasitologia . Goiânia: AB, 2003.		
4. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva . São Paulo: Roca, 2005.		
5. VERONESI, R. Doenças infecciosas e parasitárias . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.		

Bloco: 7	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A pesquisa em ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto de ensino de ciências relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
1. ANDRADE, M.M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo, Atlas, 2010.		
2. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.		
3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . 3. ed. Ver. & Ampl. São Paulo: Atlas, 1991.		
Bibliografia Complementar:		
1. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.		
2. BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.		
3. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984- Quadrimestral. Textos escolhidos.		
4. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS. Porto Alegre: IF-UFRGS. Quadrimestral. Textos escolhidos.		
5. QUÍMICA NOVA NA ESCOLA		

Bloco: 7	Disciplina: Teoria do Currículo e sociedade	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, Concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Relações Étnico-Raciais e educação. Experiências curriculares formais e não formais. Produção de saberes e fazeres nas escolas do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. HENTZ, Paulo. O currículo no Brasil. In: Ensino em Re-vista . Uberlândia: v. 7, n. 1. p. 47-56, jul/jun, 1998.		
2. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.) Currículo: debates contemporâneos . São Paulo:		

Cortez, 2002.
3. MOREIRA, Antonio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, Cultura e Sociedade . São Paulo: Cortez, 1994.
Bibliografia Complementar:
1. ARROYO, Miguel G. Experiências de Inovação Educativa : o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.) Currículo: políticas . Campinas – SP: Papirus, 1999.
2. GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais . Porto Alegre: Artmed, 1997.
3. _____. Os professores como intelectuais . Porto Alegre: Artmed. 1997, p. 43-53.
4. _____. Currículo, cultura e sociedade . 2ª ed. São Paulo, 2000.
5. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Bloco: 7	Disciplina: Estágio Supervisionado III	Carga Horária: 120h
Ementa:		
Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Médio (Física, Química e Biologia).		
Bibliografia Básica:		
1. CARVALHO, Ana Maria pessoa de. Prática de Ensino . São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1985.		
2. _____. Formação de Professores de Ciências . São Paulo: Cortez Editora. 1993.		
3. DELIZOICOV, Demétrio. Metodologia do Ensino de Ciências . São Paulo: Cortez Editora, 1990.		
Bibliografia Complementar		
1. IBIAPINA, Ivana M. L. de M.; FERREIRA, Maria Salonilde. Reflexão Crítica: uma ferramenta para a formação docente. Linguagem, Educação e Sociedade . Teresina. n.9 2003, p.73-80.		
2. _____. Reflexividade : estratégias de formação de professores. In: III Encontro de ativa na Escola II. 2004.		
3. MAGALHÃES, M.C.C. Sessões Reflexivas como uma Ferramenta aos Professores para a Compreensão Crítica das Ações da Sala de Aula. 5º. Congresso da Sociedade Internacional para Pesquisa Cultural e Teoria da Atividade . Amsterdã: Vrije University, 18-22 de junho. 2002.		
4. PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação dos Professores – Unidade, Terapia e Prática. São Paulo: Cortez Editora, 1984.		
5. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA . Universidade Federal de Santa Catarina.		

Bloco: 8	Disciplina: Evolução	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teorias da evolução. Métodos de estudo da evolução. Sistemas adaptativos. Seleção natural e artificial. Fontes de variação. Processo de especiação. Mecanismo de isolamento. Modos de especiação. Tendências evolutivas. Evolução molecular.		
Bibliografia Básica:		
1. RIDLEY, Mark. Evolução . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.		
2. FREEMAN, S.; HERRON, J. C. Análise Evolutiva . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
3. FUTUYMA, D. J. Biologia Evolutiva . SBG, 1992.		
Bibliografia Complementar:		
1. DAWKINS, Richard; RUBINO, Rejane (Trad.). Gene Egoísta . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
2. GOWDAK, Demetrio; MATTOS, Neide Simoes de (Colab.). Biologia : genética, evolucao e ecologia. São Paulo: FTD, 1990.		
3. LEWIN, R. Evolução Humana . São Paulo: Atheneu Editora, 1999.		
4. MATIOLI, S. R. Biologia Molecular e Evolução . São Paulo: Holos Editora, 2001		
5. WILSON, Edward Osborne. Diversidade da Vida . São Paulo: Companhia das Letras, 1994.		

Bloco: 8	Disciplina: Educação e Movimentos Sociais do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). Por uma Educação do Campo . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.		
2. FERNANDES, Bernardo Mançano. Prefácio. In: SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo : Propostas e Práticas Pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.		
3. GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil : movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.		

Bibliografia Complementar
1. PETTY, M. (et all). Uma Alternativa de Educação Rural. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Dias. Educação Rural no 3º Mundo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. p.
2. WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na Política Brasileira . Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
3. ZUCKUM, M.H.G.P. A agricultura e a política comercial brasileira . São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1976.
4. SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização . São Paulo: Hucitec, 1999.
5. SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais . Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

Bloco: 08	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados para a pesquisa no ensino de ciências. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
1. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1991.		
3. _____. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 1999.		
Bibliografia Complementar:		
1. BARROS, Adil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.		
2. KOCHÉ, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.		
3. MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
4. OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.		
5. SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		

Bloco: 8	Disciplina: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Meio Ambiente: Introdução à questão ambiental. A Questão Ambiental - Problemas (As Ações Impactantes da Atividade Humana; Atividades Agropecuárias e Florestais Centros Urbanos; Atividades Industrial, Comercial e de Serviços; Residências, Clubes, Áreas Públicas); Consequências da Atividade Humana (Lixo; Poluição do Solo, da Água, do Ar; Redução da Diversidade Biológica; Degradação do Solo; Esgotos Doméstico, Hospitalar e Industrial); Soluções e Alternativas Existentes (Ações Específicas; Educação; Educação Ambiental; Gestão Ambiental; Estudo do Impacto Ambiental: EIA/RIMA). Desenvolvimento Sustentável: Conceitos Básicos. A Relação Meio Ambiente X Desenvolvimento Sustentável e a Integração de Conhecimentos de Diferentes Áreas Profissionais. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Atuação Profissional		
Bibliografia Básica:		
1. ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. Revista Proposta 17/56, p. 5-8, 1993.		
2. ACCARINI, Jose Honorio. Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. 224p.		
3. CAVALCANTI, Clovis. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 429p.		
Bibliografia Complementar:		

1. CAPRA, F. A. Teia da Vida : Uma nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. Rio de Janeiro: Cultrix, 1996.
2. _____ As conexões ocultas : Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
3. CAVALCANTI, C. Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas . São Paulo: Cortez, 1995.
4. FERRINHO, Homero. Cooperativas e Desenvolvimento Rural . Porto: LCE, 1978. 222.
5. PIAUI. Iniciativas municipais para o desenvolvimento sustentável . Teresina: PCPR, 2002.

Bloco: 8	Disciplina: Estágio Supervisionado IV	Carga Horária: 120h
Ementa:		
Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Médio (Física, Química e Biologia).		
Bibliografia Básica:		
1. CARVALHO, Ana Maria pessoa de. Prática de Ensino . São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1985.		
2. _____. Formação de Professores de Ciências . São Paulo: Cortez Editora. 1993.		
3. DELIZOICOV, Demétrio. Metodologia do Ensino de Ciências . São Paulo: Cortez Editora, 1990.		
Bibliografia Complementar		
1. IBIAPINA, Ivana M. L. de M.; FERREIRA, Maria Salonilde. Reflexão Crítica: uma ferramenta para a formação docente. Linguagem, Educação e Sociedade . Teresina, n.9 2003, p.73-80.		
2. _____. Reflexividade : estratégias de formação de professores. In: III Encontro de ativa na Escola II. 2004.		
3. MAGALHÃES, M.C.C. Sessões Reflexivas como uma Ferramenta aos Professores para a Compreensão Crítica das Ações da Sala de Aula. 5º. Congresso da Sociedade Internacional para Pesquisa Cultural e Teoria da Atividade . Amsterdã: Vrije University, 18-22 de junho. 2002.		
4. PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação dos Professores – Unidade, Terapia e Prática. Cortez Editora, 1984.		
5. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Universidade federal de Santa Catarina.		

10.6. Ementa das Disciplinas Optativas

Bloco: 7/8	Disciplina: Física para o Ensino Médio	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teoria e Prática do Ensino de Física no Ensino Médio. A Física como Ciência Experimental. Evolução e Importância da Química. Física Elementar. Cinemática. Força e Movimento. Energia e Potência. Introdução e Aplicações da Física Moderna. Termometria e Termodinâmica. Óptica. Eletricidade e Eletrostática. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Particular Elementares.		
Bibliografia Básica:		
1. HALLIDAY, D., RESNICK, R., e KRANE, K. S. Física . Vols. 1, 4a. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1996.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica . Vols 1, São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1996.		
3. TIPLER, P. Física . Vol 1. 4a. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1999.		
Bibliografia Complementar:		
1. CHAVES, A. S. Física: O Paradigma Newtoniano . Rio de Janeiro: Editora Reichmann & Affonso, 2001.		
2. FEYNMAN, P. R. Física em Seis Lições . Rio de Janeiro. Ediouro, 2001.		
3. FEYNMAN, Richard P. O que é uma lei física? Lisboa: Gradiva, 1989.		
4. SERWAY, R. A. Física para Cientistas e Engenheiros com Física Moderna . Vol. 1. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1997.		
5. LUCIE, P. A Gênese do Método Científico . Rio de Janeiro: Campus, 1976.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Educação e Cultura Popular	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Educação Escolar e Não Escolar: os espaços de Educação. Educação de qualidade e a qualidade da educação das classes populares. Relação entre a ausência de Educação e crescimento das desigualdades sociais. Educação e Cultura Popular e Movimentos Sociais. A luta pela Educação no Brasil. A luta pelo direito da educação no campo.		
Bibliografia Complementar		
1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).		
2. OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Educação Popular: Prática Plural . São Paulo: Nova, 2000.		
3. PALUDO, Conceição. Educação Popular: em busca de alternativas . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.		

Bibliografia Complementar
1. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT – A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. Reforma Agrária , Campinas, v.11, nº 02, março/abril, 1981, p. 4-41.
2. ARROYO, Miguel Gonzales (org). Da Escola Carente à Escola Possível . 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
3. AYALA, Maria Ignez Novais, AYALA, Marcos. A cultura popular no Brasil . 2.ed. São Paulo : Ática, 1995.
4. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
5. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil . Petrópolis: Vozes, 1984.

Bloco: 7/8	Disciplina: Sociologia Rural	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens. As relações entre o rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. Histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil. Estrutura fundiária e estrutura de classes. Os movimentos sociais no campo. Agricultura familiar. Novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.		
Bibliografia Básica:		
1. ADORNO, Sérgio (Org.). A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade . Porto Alegre: Edit. Da Universidade, 1993.		
2. FROELICH, J. M. DIESEL, V (orgs). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos . Ijuí: UNIJUÍ, 2006.		
3. MARTINS, J. S. (org). Introdução crítica à sociologia rural . São Paulo: Hucitec, 1986.		
Bibliografia Complementar:		
1. ABRAMOWAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS, 1992.		
2. CARNEIRO, Maria José. (1998). Ruralidades: novas identidades em construção. In: Estudos sociedade e agricultura . Rio de Janeiro, UFRRJ, 11: 53-75.		
3. LAMARCHE, H. (coord.). A agricultura familiar . Volume I. São Paulo: Unicamp, 1993.		
4. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para viver . Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.		
5. VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias . O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. 2002.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí no campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BARRETO, Vera. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos . Brasília, MEC/SEF/COEJA, 2000.		
2. DURANTE, Marta et all. Formação de Educadores Alfabetizadores de Jovens e Adultos em empresas/escola . São Paulo: Centro de Estudos da Escola da Vila/Fundação Kellogg, 1999.		
3. SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. Educação de Jovens e Adultos . São Paulo, 2000.		
Bibliografia Complementar		
1. DURANTE, Marta. Alfabetização de adultos – Leitura e produção de textos . Porto Alegre: Artmed, 1998.		
FAZENDA, I.C. A Interdisciplinaridade no ensino brasileiro . São Paulo, Edições Loyola, 1979.		
2. FERREIRO, Emília, Cultura, escrita e educação . Porto Alegre, Artes Médicas, 2001.		
3. JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber . Rio de Janeiro, Imago, 1976.		
4. ROMÃO, José E. GADOTTI, Moacir. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta . São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002		
5. PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Química para o Ensino Médio	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teoria e Prática do Ensino de Química no Ensino Médio. Matéria e Sua Natureza: estrutura da matéria, substância, mistura, métodos de separação, fenômenos físicos, estrutura atômica, distribuição eletrônica, tabela periódica, ligações químicas, funções químicas, reações químicas, eletroquímica e radioatividade. Química Sintética: química do carbono e hidrocarbonetos. Biogeoquímica: soluções, estudo dos gases, termoquímica, cinética química e equilíbrio químico.		
Bibliografia Básica:		
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Bookman: Porto Alegre, 2001. 2. BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral , Rio de Janeiro: TLC, 1983. 3. BROWN, Theodore L. et al. Química: a ciência central. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRITO, M. A; PIRES, A. T. N; Química básica: teoria e experimentos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 2. RUSSEL, J. B. Química Geral. 2. ed. São Paulo: Makron Books, Vol 1 e 2, 1994. 3. CARVALHO, P. R. Boas práticas químicas em biossegurança. Rio de Janeiro: Interciência, 1999. 4. KOTZ, J. C.; TREICHEL, Jr. P. Química e reações químicas. 6.ed. Pioneira Thonson Learning, vol. 1 e 2, 2005. 5. LENZI, E.; FAVERO, L. O. B.; TANAKA, A. S.; VIANA FILHO, E. A.; SILVA, M. B., Química geral experimental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos editora, 2004.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Educação, Estado e Direitos Humanos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teorias Políticas do Estado. As circunstâncias da Modernidade. Os direitos fundamentais do homem. Os direitos humanos no plano das relações internacionais. Educação, Estado e Direitos humanos no Brasil. Educação no Campo enquanto direito humano fundamental.		
Bibliografia Básica:		
1. CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2. MILIBAND, R. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 3. RAYO, JOSE TUVILLA. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2003.		
Bibliografia Complementar:		
1. ARAÚJO, Ulisses F. & AQUINO . J. G. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2001. 2. BOBBIO, Norbert. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho – Rio de Janeiro, 1992. 3. CARVALHO, José Sergio. Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Vozes, 2004. 4. CARVALHO, José Sérgio (org.) Educação, cidadania e DH. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 5. SOUTO, C. Introdução ao Direito como Ciência Social. Brasília: Universidade de Brasília, 1971.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Embriologia e Histologia Comparada	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos fundamentais; Tecido epitelial de revestimento e glandular; Tecido conjuntivo; Tecido cartilaginoso; Tecido Adiposo; Tecido ósseo; Tecido Hematopoético; Tecido muscular; Tecido nervoso; Sistemas reprodutores: masculino e feminino. Gametogênese, Fertilização e Segmentação, Implantação do blastocisto; Gastrulação, Fechamento do embrião, Membranas Fetais, Placentas, Cordão umbilical, Comparação desses processos entre os animais.		
Bibliografia Básica:		
1. JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, Jose (Colab.). Histologia básica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 2. KIERSZENBAUM, Abraham L. Histologia e biologia: uma introdução a patologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 3. GARCIA, Sonia M. Lauer ; FERNÁNDEZ, Casimiro G. Embriologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.		
Bibliografia Complementar:		
1. JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, Jose (Colab.). Nocões básicas de citologia, histologia e embriologia. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1983.		

2. HAM, Arthur W. **Histologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
3. CORMACK, David H; NARCISO, Marcelo Sampaio (Trad.). **Fundamentos de Histologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. KÜHNEL, Wolfgang. **Histologia**: texto e atlas. Porto Alegre: Artmed, 2010.
5. DI FIORE, Mariano S. H.. **Novo atlas de histologia**: microscopia óptica, histoquímica e microscopia eletrônica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.

Bloco: 7/8	Disciplina: Informática na Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
<p>Importância da informática na educação. Utilização da Informática na Escola. A utilização de aplicativos e base de dados para pesquisa e ensino em Educação e Ciências. Ambientes de Aprendizagem Informatizados.</p>		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RAMALHO, J. A. Introdução á Informática: teoria e prática. São Paulo: Berkeley. Brasil, 2001 2. SANMYA, Feitosa Tajra. Informática na educação. São Paulo: Érica, 2002 3. TJARA, S. F. Informática na Educação: Novas Ferramentas Pedagógicas para os professores na atualidade. 3º Ed. São Paulo: Erica, 2001. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. TJARA, S. F. Projeto em sala de aula: Windows 98, Word 97 e Excel 97, São Paulo, Editora Érica, 2001. 2. LUCENA C., FUKS H. A Educação na Era da Internet. Rio de Janeiro: Editora Clube do Futuro,2000. 3. COSTA, R. A Nova Demanda das Licenciaturas: Informática 10 Na Educação, WIE'99 -Workshop de Informática na Escola –SBC'99, Rio de Janeiro, RJ, pp 645-654, Julho 1999. 4. PAPERT, S. LOGO: Computadores e Educação. São Paulo: Ed. Brasiliense,1988. 5. SANCHO. J. Para uma Tecnologia Educacional. Porto Alegre: Artmed .1998. 		

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado, antes de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, articulando a teoria com a prática. Assim, o currículo de Licenciatura deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação profissional com o exercício da docência, de modo a configurar uma visão mais integrada do conhecimento profissional.

O Estágio Supervisionado em uma Licenciatura Interdisciplinar, como a prevista no Projeto Pedagógico de Curso do Procampo, exige planejamento e organização sistemáticos, de forma que as áreas de conhecimento abrangidas – Ciências da Natureza – não sejam apenas vivenciadas pelos futuros professores, mas que haja uma distribuição de carga horária compatível com as características de cada área e com a interdisciplinaridade que o curso exige e pela especificidade da Pedagogia da Alternância.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 30), o trabalho com a alternância “articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado”, assim, leva em consideração dois tempos de formação: o tempo escola (TE), onde o educando recebe o aporte teórico-metodológico e o tempo comunidade (TC), onde os conteúdos conceituais se transformarão em procedimentos e desenvolvimento de atitudes que transformam a realidade imediata.

O estágio em Licenciatura em Educação do Campo no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio são entendidos como um espaço ambiental em que o acadêmico deverá analisar o processo de ensino, observando e diagnosticando situações que propiciam ou dificultam as aprendizagens dos alunos.

O artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96 trata da formação dos profissionais da educação e pressupõe que a formação de professores deve se realizar “de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando e terá como fundamento a associação entre teoria e prática.” Isso significa que a integração permanente entre teoria e prática deve garantir a construção das competências e habilidades para que o acadêmico possa exercer de forma plena suas atividades profissionais.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como “o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2008, p 9). Como se nota, esta definição vai ao encontro da LDB e corrobora a visão do Estágio como parte integral e indispensável da formação profissional.

No âmbito da UFPI, o Estágio Supervisionado está organizado pela Resolução 22/09 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão-CEPEX, que organiza e define as normas de realização e desenvolvimento do Estágio, em conformidade com a LDB 9394/96 e a Lei 11.788/08. Existe, atualmente, termos de cooperação vigentes para que os discentes desenvolvam as atividades deste momento de formação tanto nas escolas Estaduais como Municipais de Educação das localidades atendidas.

As atividades de estágio, além de proporcionarem ao acadêmico a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, devem privilegiar o desenvolvimento da pesquisa resultantes da reflexão sobre a prática. Em outros termos, as atividades de estágio devem buscar em todos os seus momentos, a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

O Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve possibilitar aos acadêmicos a formação e a construção de conhecimentos necessários à sua formação, ou seja, para o trabalho com as escolas do campo e no campo. Aquelas situadas na sede do município, mas que recebem boa parte de seus alunos do meio rural e estas que se situam no meio rural propriamente dito

Para tanto, a Coordenação de Estágio e o Professor Orientador devem garantir as condições para que os acadêmicos desenvolvam suas atividades de modo que este trabalho auxilie na reestruturação do currículo escolar, considerando as condições e características da Escola Campo e da própria Universidade, uma vez que os alunos do meio rural vivenciam práticas e espaços de vivência – cultura e trabalho – diferenciados dos alunos urbanos.

A formação do professor deve passar pelo exercício da análise e reflexão sobre a prática docente, de modo a desvelar o cotidiano escolar. A análise e a reflexão permanente sobre a prática pode se constituir na mola propulsora para o desenvolvimento profissional e a profissionalidade docente.

Dessa forma, o estágio terá o objetivo de propiciar condições para que o acadêmico possa vivenciar, no tempo comunidade, experiências de docência orientadas e supervisionadas que o conduza à análise e à reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

Objetivos e Caracterização

O Presente Regulamento tem por finalidade normalizar as atividades relacionadas com ao estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

O Estágio Supervisionado, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório dos cursos de formação de recursos humanos para o

magistério, para integralização curricular, previsto nos diversos currículos dos cursos de licenciatura, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular nos cursos de licenciatura plena (Resolução nº. 01/02 – CNE, Resolução nº. 02/02 – CNE, Resolução nº199/03 – CEPEX/UFPI, Resolução nº22/09 - CEPEX/UFPI, a Resolução nº 115/05 – CEPEX/UFPI e Resolução 177/2012- CEPEX/UFPI).

Compreende o período em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, objetivando iniciar o futuro educador em sua vida profissional, através da vivência de situações concretas de ensino, sob a orientação e acompanhamento direto de um docente-supervisor ou àqueles que já possuem experiência uma reflexão sobre a sua práxis pedagógica.

O Estágio Supervisionado corresponde nas diversas licenciaturas às atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

O Estágio Supervisionado objetiva:

- Garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais tendo em vista a interdisciplinaridade;
- Desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente envolvendo a dimensão técnica, social e política; e, a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade à realização da pessoa humana.

Constitui, pois, momento único em que o estudante-estagiário tem a oportunidade de auto-avaliação e de, ao mesmo tempo, ser avaliado quanto às suas competências e habilidades para o exercício da ação docente.

O Estágio Supervisionado poderá ser planejado de modo a se constituir como atividade de extensão e/ou pesquisa viabilizando a participação do estudante em projetos de interesse social.

Organização administrativa e didático-pedagógica

Aspectos Administrativos

Coordenação de Estágio Supervisionado

Conforme a Resolução nº 177/2012-CEPEX/UFPI, a coordenação do estágio no curso será formada por um docente efetivo escolhido entre os professores orientadores do estágio, cuja nomeação deverá ser efetivada por portaria da unidade acadêmica a qual o estágio está

vinculado, cujas competências e tempo de supervisão serão estabelecidos pelos respectivos pares e tem como atribuições:

- a) coordenar a elaboração ou adequações de normas ou critérios específicos do estágio do curso, com base na presente resolução;
- b) informar à CEO/PREG os campos de estágio, quando for o caso, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- c) fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;
- d) elaborar, a cada semestre, junto com os docentes-orientadores, as programações de estágio obrigatório que serão enviadas à CEO/PREG no prazo estabelecido no calendário acadêmico;
- e) orientar e encaminhar os alunos ao campo de estágio;
- f) acompanhar o desenvolvimento do estágio, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;
- g) enviar a CEO/PREG, no final de cada período letivo o relatório correspondente ao estágio obrigatório do curso;
- h) Receber e arquivar da unidade de estágio avaliações e frequência do estagiário assinados pelo supervisor de campo.

Carga horária do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado, regulamentado pela Resolução nº. 177/12 – CEPEX/UFPI, nas diversas licenciaturas, compreende as disciplinas:

Estágio Supervisionado de Ensino I - 75 (setenta e cinco) horas-aula;

Estágio Supervisionado de Ensino II - 90 (noventa) horas-aula;

Estágio Supervisionado de Ensino III - 120 (cento e vinte) horas-aula;

Estágio Supervisionado de Ensino IV - 120 (cento e vinte) horas-aula.

Total do Estágio - 405 (quatrocentas e cinco) horas-aula

A carga horária total do Estágio Supervisionado tem 405 (quatrocentas e cinco) horas-aula, sendo ofertada nos últimos quatro semestres letivos do Curso (Blocos: V, VI, VII e VIII).

O Estágio Supervisionado realizar-se-á durante o período letivo da UFPI, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico da Instituição, em consonância com o período letivo da rede municipal e estadual de ensino.

Dispensa do Estágio Supervisionado

No caso de Licenciatura em Educação do Campo, considerada especificidade da formação, a redução da carga horária do Estágio supervisionado dar-se-á da seguinte forma:

I - O aluno poderá requerer dispensa do Estágio Supervisionado de Ensino III quando possuir, no mínimo, dois anos de exercício efetivo do magistério no ensino fundamental.

II - O aluno poderá requerer dispensa do Estágio Supervisionado de Ensino IV quando possuir, no mínimo, dois anos de exercício efetivo do magistério no ensino médio.

Os critérios exigidos para redução da carga horária do Estágio Supervisionado de Ensino são os seguintes:

I - Comprovação legal (cópia autenticada) do vínculo empregatício: carteira de trabalho para professores de instituições privadas; contrato de prestação de serviço para professores substitutos; contrato de estágio não obrigatório para graduando bolsistas; contracheques e termo de posse para professores efetivos da rede pública de ensino;

II - Comprovação legal (cópia autenticada) da autorização/reconhecimento da instituição em que atua ou atuou, conforme estabelece a norma respectiva dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação;

III - Apresentação de relatório da experiência docente de acordo com as normas vigentes da ABNT.

A solicitação de aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica deverá ser encaminhada à DAA no período anterior ao da dispensa requerida, acompanhada da justificativa e documentação comprobatória seguindo conforme a resolução 177/12-CEPEX/UFPI

Campo de Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é componente curricular a realizar-se em campos pertencentes ou conveniadas à UFPI ou em instituições educacionais que possuem condições para o desenvolvimento das atividades do estagiário sob avaliação do Coordenador de Estágio.

Nessa proposta curricular, o princípio essencial da formação docente é a reflexão contínua sobre a prática em sala de aula, enfatizando a pesquisa como eixo articulador da construção e reconstrução do conhecimento.

Matrícula curricular.

O discente deve efetuar a matrícula na coordenação do curso, no período estabelecido para matrícula curricular no calendário acadêmico da Instituição, estando sua matrícula condicionada ao cumprimento dos pré-requisitos no currículo do curso.

Encaminhamento para o campo de estágio.

O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio Obrigatório.

Supervisão do Estágio

O supervisor de campo é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade. A atuação do docente supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo de estágio, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no Estágio Obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento de forma sistemática e contínua das atividades do estágio, através da:

- Avaliação periódica do desempenho dos alunos com utilização de instrumentos específicos;
- Criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- Planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- Colaborar na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do Estágio (final);
- Os relatórios e avaliações deverão obrigatoriamente ser assinados pelo supervisor e encaminhados ao Coordenador do estágio;

Planejamento, execução e avaliação do Plano de Estágio.

O Plano de Estágio é tarefa do estudante, sob a orientação do docente-supervisor com anuência do coordenador do estágio, devendo: selecionar, priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, a priori, formas do próprio estágio.

O Plano de Estágio deve conter partes essenciais:

- Introdução;
- Objetivos gerais e específicos;
- Fundamentação Teórica;
- Metodologia do trabalho;
- Resultados;
- Cronograma;

O Plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do Plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente-supervisor na supervisão de estágio.

A avaliação do Plano de Estágio deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente-supervisor e estudante-estagiário.

Acompanhamento, controle e avaliação do estágio.

O acompanhamento e o controle do estágio devem ser realizados pelo docente-supervisor na forma descrita de supervisão (direta) e através de documentos (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário e relatórios parciais e relatório final) a serem preenchidos pelo docente-supervisor, pelo estudante-estagiário e pelo coordenador de estágio.

Pesquisa e extensão no estágio obrigatório:

Como a lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a produção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das necessidades da comunidade onde a mesma está inserida. Assim, se faz necessário que o Estágio Supervisionado possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas pode associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

Estágio Supervisionado na forma de extensão visa à participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na educação básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O Estágio Supervisionado na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos familiarizados com as questões da investigação e questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para o pensar, o criticar, o criar e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

Orientações para o estagiário:

- Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Curricular na UFPI e do Manual de Estágio;
- Efetivar matrícula no Estágio Supervisionado, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;

- Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério.
- Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor e coordenador de estágio;
- Entregar ao coordenador de estágio ao final de cada mês ou no prazo estabelecido pelo mesmo, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;
- Entregar no término do Estágio Supervisionado, ao docente-supervisor e à unidade da UFPI a qual se vincula a atividade de estágio, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio.
- Entregar relatórios parciais a cada 06 (seis) meses caso a duração do estágio seja superior a um semestre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Supervisionado para as diversas licenciaturas da UFPI objetiva a priori subsidiar o estudante estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica. Será considerado reprovado o aluno que não cumprir com a frequência de 75% e nota atribuída 7,0 (sete) (Resolução 177\12 CEPEX).

Definição dos Termos

CAMPO DE ESTÁGIO – Local credenciado (instituições escolares) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.

ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO – Aluno matriculado na disciplina Estágio Obrigatório, encaminhado oficialmente ao Campo de Estágio.

COORDENADOR DE ESTÁGIO – Professor da UFPI, indicado para ministrar a disciplina Estágio Obrigatório e proceder à supervisão das atividades do estágio.

DOCENTE-SUPERVISOR – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.

PLANO DE ESTÁGIO – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor e coordenador de estágio, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

De acordo com Resolução CEPEX nº 177/2012 o trabalho de conclusão de curso corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Com base a esta resolução foi estabelecido o regulamento do TCC que norteará o processo de elaboração e avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Piauí.

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Presente Regulamento tem por finalidade normalizar as atividades relacionadas com a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura, sob a forma de monografia ou artigo científico (TCC).

Parágrafo único. A aprovação do trabalho de conclusão de curso na modalidade de monografia ou artigo científico é indispensável para a colação de grau de qualquer aluno matriculado no curso.

Art. 2º. O Coordenador da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será um professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo designado pelo Colegiado do Curso e serão contabilizadas seis horas de sua carga horária disponíveis para essa coordenação.

Art. 3º. O trabalho de conclusão de curso consiste em pesquisa individual, orientada em qualquer das áreas da Educação no campo.

Art. 4º. Os objetivos gerais do trabalho de conclusão de curso são os de propiciar aos alunos do curso um aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.

CAPÍTULO II DOS PROFESSORES-ORIENTADORES

Art. 5º. O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de um professor com no mínimo título de mestre, pertencente ao quadro da UFPI.

Art. 6º. O professor orientador deverá levar em consideração, sempre que possível, a orientação de acordo com suas áreas de interesse.

Art. 7º. Cada professor pode orientar, no máximo, cinco trabalhos concomitantes por semestre.

Art. 8º. A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do Colegiado do Curso.

Art. 9º. Professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos: I – Entregar uma carta de anuência para o Coordenador do curso para efeito de matrícula; II - freqüentar as apresentações dos seus orientados em sala de aula ou outro local, no âmbito da UFPI, conforme o cronograma das disciplinas;

Art. 10º. Atender, sempre que solicitado, seus alunos orientandos, em horários previamente fixados e cumprir a carga horária de 1h/a semanal para orientação.

Art. 11º. Analisar e avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelos orientandos;

Art. 12º. Participar das defesas para as quais estiver designado;

Art. 13º. Assinar as fichas de avaliação do TCC, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras.

Art. 14º. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III DOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 15º. Cabe ao aluno escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite, levando em consideração os prazos estabelecidos neste Regulamento para a entrega do projeto de monografia.

Art. 16º. Considera-se aluno em fase de realização de TCC aquele regularmente matriculado nas disciplinas Trabalho de conclusão de curso I e Trabalho de conclusão de curso II, integrantes do currículo do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 17º. O aluno em fase de realização de TCC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos: I - freqüentar as reuniões convocadas pelo professor-orientador, cumprindo uma carga horária de 3h/a semanal de atividades; II – cumprir o calendário divulgado pelo Coordenador da disciplina para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final do TCC; III - entregar ao orientador relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas; IV - elaborar a versão definitiva de seu TCC, de acordo com o presente Regulamento e as instruções de seu orientador e do Coordenador da disciplina TCC; V - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC; VI - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO IV TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 18º. O TCC poderá ser elaborado em formato de monografia ou em formato de artigo, à critério do Orientador, em comum acordo com o aluno.

§1. Caso o trabalho seja apresentado em forma de monografia, este deve ser elaborado seguindo as normas da ABNT na apresentação escrita, citações e referências. O aluno deve informar no trabalho a citação da norma ABNT utilizada.

§2. Caso o trabalho seja apresentado em formato de artigo, este deverá seguir o modelo da revista da área escolhida para a submissão do trabalho. No entanto, deverá deixar claro para os membros da banca examinadora qual a revista que ele tomou como base para elaboração do artigo (para o seu TCC). Desta forma as normas da revista entrarão como anexo no documento entregue à banca examinadora.

Art. 19°. A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Monografia compõe-se de: I – Capa; II – Folha de rosto; anteverso (ficha catalográfica) III – Folha de aprovação; IV – Epígrafe (opcional); V – Dedicatória (opcional); VI – Agradecimentos (opcional); VII – Sumário; VIII – Lista de Tabelas (se houver); IX - Lista de figuras (se houver); X – Resumo na língua vernácula e inglesa; XI – Introdução contendo necessariamente problema, objeto, objetivos, justificativas e revisão bibliográfica; XII – Metodologia; XIII – Resultados; XIV – Discussões; XV – Considerações finais (ou conclusão); XVI – Referências; XVII – Apêndices e anexos (quando for o caso).

Art. 20°. As cópias do Trabalho de Conclusão de Curso, encaminhadas às bancas examinadoras devem ser apresentadas preenchendo os seguintes requisitos: I - impressa em espaçamento 1.5, em papel branco, tamanho A4, letra tipo Times New Roman ou Arial, tamanho 12; II - as margens superior e esquerda = 3 cm, margens inferior e direita = 2 cm; III – encadernada em espiral;

CAPÍTULO V DA BANCA EXAMINADORA

Art. 21°. O Trabalho de Conclusão de Curso é defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros três membros, sendo um suplente.

Parágrafo único. No caso de apresentação do artigo, se ele já tem o aceite de uma revista em nível A ou B (segundo a classificação do Qualis/CNPq) o aluno será aprovado com nota máxima (dez) e precisará apenas apresentar em público o seu TCC, onde será levado em consideração o que está escrito no Art. 29° do CAPÍTULO VI com relação à exposição do trabalho.

Art. 22°. Pesquisadores com título de doutor ou mestre podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do orientador, desde que aprovado em reunião do colegiado do curso.

Parágrafo único. Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a sete comissões examinadoras por semestre.

CAPÍTULO VI DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 23°. As sessões de defesa do TCC serão públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos do TCC, antes de suas defesas.

Art. 24°. O Coordenador de TCC deve elaborar um calendário semestral, fixando prazos para constituição das bancas examinadoras, encaminhamentos ao colegiado, entrega da redação final TCC finais e realização das defesas.

Art. 25°. Ao término da data limite para entrega das cópias dos TCC, o Coordenador de TCC divulgará a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às suas defesas.

Art. 26°. Os trabalhos devem ser entregues aos membros das bancas examinadoras no prazo mínimo de quinze (15) dias, antes da data da defesa pública do mesmo.

Art. 28°. Na defesa, o aluno tem até quarenta minutos para apresentar seu trabalho e cada membro da banca examinadora até vinte minutos para fazer sua argüição, dispondo ainda o discente de outros dez minutos para responder aos examinadores.

Art. 27°. Após apresentação pública e recebimento das correções pela banca examinadora, os alunos dispõem de cinco dias para entregarem a versão definitiva ao Coordenador de TCC.

Art. 29°. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na argüição pela banca examinadora, com nota mínima para aprovação igual a 7.

§1°. Utiliza-se, para a atribuição de notas, fichas de avaliação individuais, onde o professor disponibiliza sua nota.

§2°. A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 30°. A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos do seu TCC.

§1°. Quando sugerida a reformulação de aspectos fundamentais do TCC, os alunos dispõem de no máximo cinco dias para apresentar as alterações sugeridas.

§2°. Neste caso, a banca é autônoma para atribuir nova nota ao trabalho corrigido, caso ache necessário.

Art. 31°. Os alunos que não entregarem o TCC, ou que não se apresentarem para a sua defesa oral, sem motivo justificado, na forma da legislação em vigor, estarão automaticamente reprovados na disciplina.

CAPÍTULO VII DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 32°. A versão definitiva do TCC deve ser encaminhada ao Coordenador de TCC, em três exemplares impressos e uma versão eletrônica (CD) que, além dos demais requisitos exigidos acima, as versões impressas devem vir encadernadas e na capa deverá conter nome da instituição, campus e nome do curso, nome do autor, título, sub-título (se houver), local e data. Duas cópias da versão final deverão ser encaminhadas à biblioteca e uma ficará arquivada na coordenação do curso (não será permitido empréstimo desse exemplar, ficando disponível para reprodução futura, caso haja extravio dos exemplares encaminhados à biblioteca).

Art. 33°. A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34°. O presente Regulamento poderá ser alterado por meio do voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 35°. Compete ao Coordenador do TCC dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, as atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

Ainda segundo o Parecer supracitado, são consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Educação do Campo, além das disciplinas e do estágio supervisionado, seminários, participação em eventos, discussões temáticas, elaboração de projetos de pesquisa, monitorias, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados.

Assim, de acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, além da carga horária em disciplinas obrigatórias, optativas e de estágio supervisionado, o aluno deverá cumprir, no mínimo, 200 (duzentas) horas em Atividades Complementares de natureza acadêmico-científico-culturais.

A UFPI, visando organizar a realização e o computo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme quadro e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação do Curso, que, poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem.

Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Quadro de atividades Complementares

Quadro 1: ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Monitoria no curso por período letivo/ Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 2: ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			

Quadro 3: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 4: ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima

1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 5: TRABALHOS PUBLICADOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 6: VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil 	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 7: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de biologia e/ou áreas afins.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 8: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA IES OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			

Quadro 9: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 10: VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura. A consignação é feita atendendo o que dispõe a Resolução Nº 177\12 (CEPEX/UFPI) sobre as Atividades Científico - Acadêmico- Culturais.

14. APOIO AO DISCENTE

Além das exigências feitas aos alunos, é preciso salientar que a UFPI oferece sua contrapartida ao corpo discente por meio das ações desenvolvidas sob a coordenação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), um órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Piauí.

A existência de ações de apoio aos discentes tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Através da PRAEC, a UFPI oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.

15. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Quando se leem os textos oficiais acerca do processo educativo, compreende-se a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um

movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (cf. VYGOTSKY, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (cf. SACRISTAN e GÓMEZ, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (cf. DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (cf. MOITA LOPES, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

16. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

16.1. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (HOFFMANN, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-escola será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-escola será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a

média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

16.2. Avaliação do Curso.

A avaliação do Curso também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Teresina, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Educação do Campo.

17. QUADRO DE RECURSOS HUMANOS (RELAÇÃO DE DOCENTES COM CPF, TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO)

17.1. Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Para isso, pensando a Matriz Curricular por nós proposta, acreditamos que os 15 professores que comporão o quadro docente efetivo do curso poderão ser contratados segundo a ordem descrita abaixo:

Professor	Perfil
Professor 1	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
Professor 2	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
Professor 3	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
Professor 4	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
Professor 5	Graduação em Sociologia com Mestrado na área ou em Educação;
Professor 6	Graduação em Filosofia com Mestrado na área ou em Educação;
Professor 7	Graduação em Filosofia com Mestrado na área ou em Educação;
Professor 8	Licenciatura em Ciências Biológicas com Mestrado na área
Professor 9	Licenciatura em Ciências Biológicas com Mestrado na área ou em Educação
Professor 10	Licenciatura em Ciências Biológicas com Mestrado na área ou em Educação
Professor 11	Licenciatura em Ciências Biológicas com Mestrado na área
Professor 12	Licenciatura em Química com Mestrado na área ou em Educação
Professor 13	Licenciatura em Química com Mestrado na área ou em Educação
Professor 14	Licenciatura em Física com Mestrado na área ou em Educação
Professor 15	Licenciatura em Física com Mestrado na área ou em Educação

Nos anos iniciais de funcionamento do curso serão contratados 07 (sete) docentes:

Nº de Professor	Área	Perfil
03 Professores	Pedagogia	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
01 Professor	Filosofia	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
01 Professor	Química	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
01 Professor	Física	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;
01 Professor	Biologia	Graduação em Sociologia com Mestrado na área ou em Educação;

17.2 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários três técnicos para responder pelas seguintes ocupações:

Nº de Técnicos	Área	Perfil
01	Graduação em Pedagogia	Técnico em nível superior
01	Técnico de Laboratório	Ensino Médio e Curso Técnico
01	Técnico em auxiliar de administração	Ensino Médio.

18. INFRAESTRUTURA

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo apresenta as seguintes estruturas físicas disponíveis na UFPI:

Coordenação do Curso compreende:

- Gabinete individualizado para Coordenador, com mesas, armários, computadores, impressoras e ar condicionado. Ambiente propício para realizações dos serviços acadêmicos, bem como o atendimento de alunos e professores.
- Secretaria climatizada, com armários, mesas, cadeiras, computadores e impressoras, e pessoal de apoio técnico em assuntos educacionais para atendimentos dos alunos e professores.
- Sala de reunião climatizada com mesa e cadeiras.

Demais estruturas físicas:

- Gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral com disponibilidade de equipamentos de informática e ar condicionado.
- 08 Salas de aula climatizadas com carteiras, mesas e recursos didáticos (Quadro de acrílico, data-show e tela de projeção), localizadas no Centro de Ciências da Educação;
- Laboratório de informática com os equipamentos, software e internet disponíveis para os alunos;
- Laboratórios especializados de Química (sala climatizada com computadores e equipamentos específicos como balança, reagentes vidraria, pHmetro e estufas), Física (computadores, osciloscópios, circuitos eletro-eletrônicos, termômetros, termostatos,

balanças) e Biologia (lupas, microscópios, balanças, reagentes, vidraria, pHmetros, estufas para secagem), localizados no Centro de Ciências da Natureza.

- Laboratório de Histologia e Anatomia Humana (Peças anatômicas de resina, cadáveres conservados em formol e glicerina, mesas em aço inox, armários e bancos), Laboratório de Bioquímica e Laboratório de Parasitologia (bancada, lupas, microscópios, reagentes, vidrarias e lâminas parasitológicas), localizados no Centro de Ciências da Saúde.
- Biblioteca comunitária: acervo bibliográfico específico do curso e em outras áreas, periódicos específicos, salão de estudo climatizado, mesas, cadeiras, sala de projeção, salas individuais de estudo, salas de estudo em grupo, internet disponível para pesquisa e acesso livre ao periódico capes para alunos e professores.

REFERÊNCIAS

ABREU M.C, MASETTO M.T. **O professor Universitário em Aula: prática e princípios teóricos**. 8 ed. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias**: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação)- Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours. 2003.

_____. **Uma geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil**. In: UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL - UNEFAB (Org.). Documentos pedagógicos. Brasília: UNEFAB, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Nº. 9394/96.

_____. **Manual de Educação no Campo**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Brasília, 2008.

_____. CNE. **Resolução** nº 1, de 3 de abril de 2002, institui Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DOU, de 9 de abril de 2002.

_____. CNE. **Resolução** CNE/CES nº. 04, de 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.

_____. CNE. **Resolução** CNE/CP nº. 02, de 19 de fevereiro de 2002, Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de fevereiro de 2002.

_____. **Parecer** CNE/CEB/nº 1º, 01 de fevereiro de 2006. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância.

_____. **Parecer** CNE/CEB/ nº 36, 04 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

_____. **Lei Federal** Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio Obrigatório Profissional.

_____. **Decreto** nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Decreto** nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

_____. **Resolução** CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Parecer** CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2006.

_____. **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2007.

CHARTIER, D. **A l'aube des formations par alternance: histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural**. Paris: Messonance, Éditions UNMFREO, 1986.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. Campinas/SP, Ed. Autores Associados, 1996.

ESTEVAM, D. de O. **Casa Familiar Rural: a formação como base da Pedagogia da Alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. Ed. Porto Alegre, SC: Mediação, 2008.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo**. São Paulo: 1977. 204 p. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1977(**Repetido**)

PESSOTTI, A. L. **Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural**. Rio de Janeiro, 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado)- Fundação Getúlio Vargas - IESAE. 1978.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2010.

_____. Universidade Federal do Piauí. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX **Resolução N° 177**, de 05 de novembro de 2012, Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. 05 de novembro de 2012.

_____. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX . **Resolução N° 115**, de 28 de junho de 2005.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX . **Resolução N° 199**, de 20 de novembro de 2003.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX . **Resolução N° 22**, de 04 de março de 2009.

QUEIROZ, João Batista P. de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. Brasília, Departamento de Sociologia, 2004. 210p. Tese de Doutorado.

RAMOS, Marise N.; MOREIRA; Telma M.; SANTOS, Clarice A. dos. (Coord.). **Referências para uma política de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2008, vol.34, n.1, pp. 27-45. ISSN 1517-9702.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, C. R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. São Paulo: Avercamp, 2005.

SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: marcos normativos**. Ministério da Educação. Brasília, 2011.

SILVA, L. H. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa: Editora UFV, 2003.

UNESCO. World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research For Societal Change and Development. Paris, 2009. 10 p. Disponível in: <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE_2009.pdf>

_____. UNESCO .CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998: Paris, França). Tendências da educação superior para o século XXI. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.